



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL – BLOCO I**

**Instruções**

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse Concurso Público.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão ser armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal. Somente devem permanecer em posse do candidato caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta azul ou preta, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a imediata exclusão do candidato.
3. Certifique-se de que este caderno:
  - contém 80 (oitenta) questões;
  - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. No caderno de prova, pode-se rabiscar, riscar e calcular.
6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução.

Boa prova!



**Instrução: As questões de números 01 a 18 referem-se ao texto abaixo. Os destaques ao longo do texto estão citados nas questões.**

### O Homem que decompôs a Bossa Nova

*Por Vladimir Safatle*

01 Havia aquilo que fazia da trajetória de João Gilberto algo profundamente singular. Pois  
02 poderíamos falar simplesmente de sua posição como um dos "criadores" da bossa-nova,  
03 certamente um dos momentos maiores da forma-canção brasileira. Seu hibridismo que articulava  
04 o centro e a periferia, a pulsação do samba e os trabalhos harmônicos que podiam ir do jazz até  
05 lembranças das harmonias não funcionais de Debussy era a forma musical própria a um país que  
06 se acreditava destinado a produzir novas conciliações em um ritmo no qual os conflitos acabavam  
07 por se dissolver em uma inesperada acomodação.

08 Estávamos no final dos anos cinquenta do século passado e as travas que pareciam impor  
09 ao país suas paralisias seculares enfim estavam presumidamente a ponto de se dissolver. Sim,  
10 havia algo de utopia naquela música e seria necessário ouvi-la escutando também \_\_\_ utopia do  
11 tempo histórico que ela expressa. Se, do ponto de vista arquitetônico, o Brasil mostrara sua  
12 carga utópica através da instauração geométrica da conquista de seu próprio interior, isso  
13 através de um sonho modernista que redundara em Brasília e suas misturas de árvores  
14 distorcidas do cerrado e curvas de concreto armado, havia a versão musical dessa carga utópica,  
15 e ela se encontrava na bossa-nova.

16 A fragilidade das vozes de seus cantores e cantoras, seus tons anasalados, tão  
17 característicos do canto de João Gilberto, tinham algo da ironia de quem parece vencer o  
18 intransponível através de um menor esforço. De quem venceria \_\_\_ clivagens do país um pouco  
19 no tom que encontramos em "Pra que discutir com madame", ou seja, zombando dos limites que  
20 procuravam nos impor. Essa música só poderia mesmo vir de um país que, por um momento,  
21 parecia acreditar em sua capacidade de saltar por cima do atraso e de abraçar seu destino de  
22 espaço de hibridação contínua das formas.

23 Mas essa não foi a história do Brasil, e não haveria momento mais sintomático do  
24 falecimento de João Gilberto do que agora. É como se sua música ficasse como uma promessa  
25 não realizada que nos lembra de algo que queríamos, mas que não conseguimos ser. Só que há  
26 algo mais que impressiona em João Gilberto e isso pode nos ser precioso agora. Algo que nos  
27 lembra de movimentos raros, que só encontramos em verdadeiros atos de criação.

28 Toda criação traz em si mesma o princípio de sua própria decomposição. Mais do que o  
29 criador da bossa-nova, João Gilberto foi seu desconstrutor. Todo criador real luta contra as  
30 próprias formas que ele produz, cria falhas nos edifícios que levanta. Este João Gilberto  
31 desconstrutor é ainda mais impressionante do que o criador. Lembrem, por exemplo, de sua  
32 "versão" de "You do something to me", de Cole Porter. Raros foram os momentos em que a  
33 música popular conseguiu unir, de forma tão irônica, sutileza e anarquia. As marcações de ritmo  
34 estão "fora do tempo", assim como o canto está em uma relação completamente anárquica com  
35 o tempo, atravessando, atrasando e acelerando. As síncopes abundam, pervertendo  
36 sistematicamente a lógica dos tempos forte e fraco. De certa forma, tudo está "fora do lugar"  
37 nessa versão, mas como se uma prova maior de inteligência consistisse em tirar as coisas do  
38 lugar e ainda permitir \_\_\_ forma produzir relações e "funcionar".

39 Este João Gilberto era alguém que não podia se aquietar com as estruturas que ele mesmo  
40 criou, que parecia precisar complexificar cada vez mais o que tendia a se tornar, novamente,  
41 regular. Lembremos dele neste momento triste no qual um país vê ir embora um grande criador.

Texto adaptado. Disponível em: <https://epoca.globo.com/>

**QUESTÃO 01** – Considerando o exposto no texto, analise as assertivas a seguir:

- I. O ritmo da Bossa Nova, quando de sua criação, produzia conciliações rítmicas que refletiam o momento pelo qual passava o país.
- II. A Bossa Nova era um ritmo que carrega em si a utopia do momento histórico pelo qual o Brasil passava.
- III. A música de João Gilberto era diferente da forma como outros cantores da Bossa Nova expressavam seu canto.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 02** – Assinale a alternativa INCORRETA a respeito do texto.

- A) A Bossa Nova, assim como a arquitetura do período, pode ser considerada a antítese da utopia modernista.
- B) A fragilidade das vozes dos cantores da Bossa Nova funcionava como uma espécie de ironia.
- C) O Brasil da Bossa Nova era um país que se via como capaz de superar seu atraso.
- D) A morte de João Gilberto, no momento atual vivido, pode ser encarada como uma metáfora daquilo que não alcançamos como país.
- E) A canção de Cole Porter é citada como um exemplo de movimento de desconstrução engendrado por João Gilberto acerca da obra do cantor norte-americano.

**QUESTÃO 03** – Assinale a característica que NÃO representa a Bossa Nova, de acordo com o texto.

- A) Síncopes temporais.
- B) Vozes fracas e anasaladas.
- C) Atravessamento das marcações temporais.
- D) Síntese de vários ritmos.
- E) Reconstrução estética e harmoniosa de movimentos culturais anteriores.

**QUESTÃO 04** – Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas das linhas 10, 18 e 38.

- A) a – as – a
- B) a – as – à
- C) a – às – à
- D) à – as – a
- E) à – às – a

**QUESTÃO 05** – Assinale a alternativa que poderia substituir corretamente o vocábulo “clivagens” (l. 18) sem prejuízo das relações semânticas originais do texto.

- A) Idiosincrasias.
- B) Subdivisões.
- C) Complexidades.
- D) Irreverências.
- E) Complicações.

**QUESTÃO 06** – Analise as assertivas a seguir, a respeito da palavra “decomposição” (l. 28):

- I. Trata-se de substantivo comum de dois gêneros, não apresentando, portanto, flexão de gênero.
- II. É uma palavra formada a partir de derivação sufixal, tendo como origem a palavra “composição”.
- III. Um dos sentidos da palavra destacada é “redução a elementos simples”.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 07** – Na linha 41, no trecho “no qual um país vê ir embora um grande criador”, encontra-se sublinhada uma figura de linguagem. Assinale a alternativa que apresenta o mesmo mecanismo empregado no trecho destacado, ou seja, a mesma figura de linguagem.

- A) Comi o saco de salgadinhos sozinho.
- B) Choramos rios de lágrimas pela perda do campeonato.
- C) A Cidade Luz está mais iluminada do que de costume.
- D) Dei a ele meus pensamentos, meu amor, meu ser inteiro.
- E) Aquele homem enriqueceu por meios ilícitos.

**QUESTÃO 08** – Na linha 24, o vocábulo “como” (segunda ocorrência) tem valor \_\_\_\_\_ e poderia ser substituído por \_\_\_\_\_ desde que \_\_\_\_\_ as alterações necessárias no período.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) conformativo – consoante – se fizessem
- B) conformativo – consoante – não se fizessem
- C) conformativo – igual a – se fizessem
- D) comparativo – igual a – não se fizessem
- E) comparativo – igual a – se fizessem

**QUESTÃO 09** – Considerando os aspectos relativos à regência verbal, assinale a alternativa que apresenta uma possibilidade de reescrita do trecho a seguir, de maneira correta, sem que haja prejuízo da correção gramatical:

“que nos lembra de algo que queríamos” (l. 25).

- A) “que lembra de algo de que queríamos”.
- B) “que lembra algo que queríamos”.
- C) “que lembra nós algo que queríamos”.
- D) “que lembra de algo que queríamos”.
- E) “que lembra a nós algo de que queríamos”.

**QUESTÃO 10** – Assinale a alternativa que NÃO apresenta uso de linguagem figurada através do emprego de figuras de linguagem.

- A) um país que se acreditava destinado a produzir novas conciliações (l. 05-06).
- B) enfim (as travas) estavam presumidamente a ponto de se dissolver (l. 09).
- C) sua capacidade de saltar por cima do atraso (l. 21).
- D) É como se sua música ficasse como uma promessa não realizada (l. 24-25).
- E) que parecia precisar complexificar cada vez mais (l. 40).

**QUESTÃO 11** – Na linha 01, temos o seguinte trecho: “Havia aquilo que fazia da trajetória de João Gilberto algo profundamente singular”. Assinale a alternativa que classifica corretamente a função sintática do termo sublinhado.

- A) Sujeito.
- B) Adjunto Adnominal.
- C) Adjunto Adverbial.
- D) Complemento Nominal.
- E) Objeto Indireto.

**QUESTÃO 12** – Considere o seguinte período do texto: “Essa música só poderia mesmo vir de um país que, por um momento, parecia acreditar em sua capacidade de saltar por cima do atraso e de abraçar seu destino de espaço de hibridação contínua das formas” e, em seguida, analise as afirmações que são feitas a respeito dele, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) O período é composto por três orações.
- ( ) Temos nesse período duas orações adjetivas coordenadas entre si através da conjunção “e”.
- ( ) O período é composto por uma oração principal, uma oração assindética e uma oração coordenada sindética aditiva.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – F.
- B) V – F – F.
- C) F – V – F.
- D) F – F – F.
- E) F – V – V.

**QUESTÃO 13** – Assinale a alternativa na qual a palavra “que” NÃO esteja empregada como pronome relativo.

- A) “que podiam ir do jazz até lembranças das harmonias não-funcionais” (l. 04-05).
- B) “que se acreditava destinado a produzir” (l. 05-06).
- C) “do que agora” (l. 24).
- D) “que nos lembra de movimentos raros” (l. 26-27).
- E) “em que a música popular conseguiu unir” (l. 32-33).

**QUESTÃO 14** – Na linha 25, observando a colocação do pronome oblíquo “nos”, percebemos a ocorrência de próclise. Assinale a alternativa na qual o pronome oblíquo está colocado INCORRETAMENTE, de acordo com a norma culta.

- A) Trata-se de algo que me dá arrepios.
- B) Não me venha com desculpas esfarrapadas.
- C) Dar-te-ia meu coração se pudesse.
- D) Me dá cá uma ajuda.
- E) Ninguém se machucou naquele jogo.

**QUESTÃO 15** – Analise as seguintes assertivas sobre a expressão “Toda criação” (l. 28):

- I. A palavra “toda” pode ser classificada como pronome indefinido.
- II. Caso inseríssemos um artigo definido antes do substantivo “criação”, manteríamos o mesmo sentido da expressão original.
- III. O pronome em questão está em posição de pronome substantivo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 16** – Analise as assertivas a seguir, a respeito do emprego dos sinais de pontuação no texto, e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) Na linha 04, o emprego da vírgula deve-se à separação de orações coordenadas.
- ( ) Na linha 11, o emprego da dupla vírgula deve-se à separação de um adjunto adverbial intercalado.
- ( ) Na linha 36, a vírgula está separando um adjunto adnominal do restante do período.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V.
- B) F – V – F.
- C) F – V – V.
- D) V – F – F.
- E) V – V – V.

**QUESTÃO 17** – Na linha 15, temos o trecho “ela se encontrava na bossa-nova”. A transposição do excerto para a voz passiva analítica, mantendo-se o mesmo tempo verbal, é dada corretamente em:

- A) Ela foi encontrada na bossa-nova.
- B) A bossa-nova encontrou nela.
- C) A bossa-nova encontra-se nela.
- D) Ela fora encontrada na bossa-nova.
- E) Ela era encontrada na bossa-nova.

**QUESTÃO 18** – Nas linhas 29-30, temos o seguinte trecho: “Todo criador real luta contra as próprias formas que ele produz, cria falhas nos edifícios que levanta”. Caso empregássemos a forma plural do substantivo “criador”, quantas outras alterações deveriam, obrigatoriamente, ser feitas para que se mantivessem as corretas relações de concordância no período?

- A) 5.
- B) 6.
- C) 7.
- D) 8.
- E) 9.

**QUESTÃO 19** – Considerando o Acordo Ortográfico vigente, assinale a alternativa na qual o emprego do hífen esteja INCORRETO.

- A) Grã-Bretanha.
- B) Mini-saia.
- C) Couve-flor.
- D) Além-mar.
- E) Mal-humorado.

**QUESTÃO 20** – Assinale a alternativa na qual a supressão do acento gráfico levaria à formação de palavra existente em Língua Portuguesa e pertencente à mesma classe gramatical da palavra originalmente acentuada.

- A) Até.
- B) Edifício.
- C) História.
- D) Música.
- E) País.

**QUESTÃO 21** – Acerca da organização das agências reguladoras, prevista na Lei nº 13.848/2019, analise as seguintes assertivas:

- I. A natureza especial das agências reguladoras compreende a sua autonomia funcional, administrativa e a subordinação hierárquica aos órgãos setoriais da administração pública direta.
- II. A autonomia administrativa das agências reguladoras inclui a competência para celebrar contratos administrativos e prorrogar contratos em vigor relativos a atividades de custeio, independentemente do valor.
- III. As agências reguladoras devem adotar práticas de gestão de riscos e de controle interno e elaborar e divulgar programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 22** – No que diz respeito ao processo decisório administrativo, considerada a segurança jurídica e a aplicação do Direito Público, assinale a alternativa correta.

- A) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão desconsiderados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo quando houver prejuízo aos direitos dos administrados.
- B) A decisão administrativa que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá ser aplicada imediatamente, para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo integral, eficiente e sem prejuízo ao interesse público.
- C) Afastadas as sanções já aplicadas, de mesma natureza e relativas ao mesmo fato, que não serão levadas em conta, a dosimetria das demais sanções deverá considerar a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes do agente.
- D) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas. Para tanto, deverá indicar, quando for o caso, as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.
- E) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, atendendo à segurança jurídica, não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

**QUESTÃO 23** – Acerca das garantias no âmbito dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, acrescida de juros e atualização monetária.
- B) Nos contratos de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, o limite de garantia poderá ser elevado para até vinte por cento do valor do contrato.
- C) Cabe ao contratante a opção pela modalidade de garantia prevista em lei.
- D) Admite-se a garantia mediante caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia, autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- E) Nos contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens não será acrescido ao valor da garantia.

**QUESTÃO 24** – Acerca da administração pública indireta e do regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista, analise as seguintes assertivas:

- I. Empresa pública é a entidade com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pelo poder público, dotada de personalidade jurídica de direito público.
- II. A criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista independe de autorização legislativa.
- III. Sociedade de economia mista é a entidade com criação autorizada por lei sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da administração indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 25** – Sobre as normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, prestados direta ou indiretamente pela administração pública, previstas na Lei nº 13.460/17, assinale a alternativa correta.

- A) Cada Poder e esfera de Governo publicará quadro geral dos serviços públicos prestados, com periodicidade semestral, que especificará os órgãos ou entidades responsáveis por sua realização e a autoridade administrativa a quem estão subordinados ou vinculados.
- B) O usuário poderá apresentar manifestação para garantir seus direitos perante a administração pública acerca da prestação de serviços públicos, desde que o faça por meio eletrônico, respeitada a legislação específica de sigilo e proteção de dados, podendo ser exigida a certificação da identidade do usuário.
- C) É dever dos agentes públicos e prestadores de serviços públicos exigir prova nova sobre fato já comprovado em documentação válida, apresentada pelo usuário após o prazo contratual do serviço.
- D) É dever do usuário apresentar os documentos cadastrais devidamente autenticados, mediante reconhecimento de firma, para fruição do direito à adequada prestação dos serviços públicos.
- E) A participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços é direito básico do usuário de serviço público.

**QUESTÃO 26** – A aptidão conferida à Administração Pública para delegar e avocar competências administrativas está inserida em qual dos seguintes poderes?

- A) Disciplinar.
- B) De polícia.
- C) Hierárquico.
- D) Normativo.
- E) Regulamentar.

**QUESTÃO 27** – No que diz respeito às normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada da Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa correta.

- A) A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de carta-convite.
- B) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 10 (dez) anos.
- C) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por ordem bancária, sendo vedada a previsão contratual de pagamento de remuneração variável vinculada ao desempenho do parceiro privado.
- D) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- E) Dada a indisponibilidade do interesse público, o contrato de parceria público-privada não admite a inclusão de cláusula para emprego de mecanismos privados de resolução de disputas, como a arbitragem.

**QUESTÃO 28** – No que diz respeito ao regime constitucional dos agentes públicos, analise as seguintes assertivas:

- I. A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- II. A proibição constitucional de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, as subsidiárias destas e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- III. As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consideradas atividades essenciais ao funcionamento do Estado, serão exercidas por servidores de carreiras específicas e terão recursos prioritários para a realização de suas atividades, vedado o compartilhamento de cadastros e informações fiscais do cidadão.

Quais estão corretas?

- A) Apenas III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 29** – Analise as assertivas abaixo acerca da responsabilidade civil do Estado:

- I. A responsabilidade civil do Estado, quando baseada na teoria do risco administrativo, admite excludentes do nexo de causalidade.
- II. A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou contra a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- III. A responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público não abrange os danos causados a terceiros não usuários do serviço prestado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 30** – Acerca das normas gerais para licitações, analise as seguintes assertivas:

- I. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- II. Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem o cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- III. As normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 31** – Com base na interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal ao disposto no Art. 2º da Constituição Federal, analise as assertivas abaixo:

- I. É inconstitucional a criação, por Constituição Estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.
- II. As restrições impostas ao exercício das competências constitucionais conferidas ao Poder Executivo, incluída a definição de políticas públicas, importam em contrariedade ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes.
- III. Não cabe, ao Poder Judiciário, em tema regido pelo postulado constitucional da reserva de lei, atuar na anômala condição de legislador positivo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 32** – De acordo com a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal ao disposto no Art. 5º, inc. LIV, da Constituição Federal, analise as assertivas abaixo:

- I. Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais.
- II. É admissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.
- III. É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 33** – Em relação à interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal ao disposto no artigo 5º da Constituição Federal, \_\_\_\_\_ é garantia constitucional adequada para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte, constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) Mandado de Segurança
- B) Mandado de Injunção
- C) Habeas data
- D) Ação Ordinária
- E) Requerimento Administrativo

**QUESTÃO 34** – De acordo com a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal ao disposto no Art. 30 da Constituição Federal, analise as assertivas abaixo:

- I. Os Municípios têm competência para legislar sobre a distância mínima entre postos de revenda de combustíveis.
- II. Os Municípios têm autonomia para regular o horário do comércio local, ainda que esteja em contrariedade a leis estaduais ou federais, mesmo que válidas, pois a Constituição lhes confere competência para legislar sobre assuntos de interesse local.
- III. O Município tem competência para legislar sobre tempo máximo de espera de clientes em filas de instituições bancárias.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 35** – Com base na interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal ao disposto no Art. 30, inc. VIII, da Constituição Federal, que estabelece que compete ao Município promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, analise as assertivas abaixo:

- I. A criação, a organização e a supressão de distritos, da competência dos Municípios, faz-se com observância da legislação estadual e federal (CF, Art. 30, IV).
- II. A competência municipal, para promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano – CF, Art. 30, VIII – por relacionar-se com o direito urbanístico, está sujeita a normas federais e estaduais (CF, Art. 24, I).
- III. As normas das entidades políticas diversas quanto ao aspecto ao ordenamento territorial – União e Estado-membro – não poderão ter suas diretrizes infringidas, mesmo que estas tenham caráter específico e não apenas geral.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 36** – Em relação ao que estabelece o Art. 156, inc. II, da Constituição Federal, bem como à interpretação do referido dispositivo pelo Supremo Tribunal Federal, quanto ao poder de tributar do Município, analise as assertivas abaixo:

- I. É constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o Imposto de Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.
- II. A cobrança de ITBI é devida no momento do registro da compra e venda na matrícula do imóvel.
- III. O STF assentou entendimento de que os contratos de promessa não constituem fato gerador para a incidência do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 37** – Com base no que estabelece o Art. 156, inc. III, da Constituição Federal, bem como na interpretação do referido dispositivo pelo Supremo Tribunal Federal, quanto ao poder de tributar do Município, analise as assertivas abaixo:

- I. É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre operações de locação de bens móveis.
- II. As operadoras de planos de saúde não realizam prestação de serviço sujeita ao ISSQN, previsto no Art. 156, III, da Constituição Federal.
- III. Havendo, ao mesmo tempo, locação de bem móvel e prestação de serviços, o ISS não incide sobre o segundo fato gerador também, por extensão ao que estabelece a súmula vinculante 31 do STF.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 38** – Com base no que estabelece o Art. 145, inc. II, da Constituição Federal, bem como na interpretação do referido dispositivo pelo Supremo Tribunal Federal, quanto às taxas, analise as assertivas que seguem:

- I. As taxas comprometem-se tão somente com o custo do serviço específico e divisível que as motiva, ou com a atividade de polícia desenvolvida. O critério da atividade exercida pelo contribuinte para se aferir o custo do exercício do poder de polícia desvincula-se do maior ou menor trabalho ou atividade que o poder público se vê obrigado a desempenhar.
- II. O texto constitucional não diferencia as taxas decorrentes do exercício do poder de polícia daquelas de utilização de serviços específicos e divisíveis, facultando apenas a estas a prestação potencial do serviço público. A regularidade do exercício do poder de polícia é imprescindível para a cobrança da taxa de localização e fiscalização.
- III. Taxa e preço público diferem quanto à compulsoriedade de seu pagamento. A taxa é cobrada em razão de uma obrigação legal enquanto o preço público é de pagamento facultativo por quem pretende se beneficiar de um serviço prestado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 39** – Com base no que estabelece o Art. 145, inc. II, § 2º da Constituição Federal, bem como na interpretação do referido dispositivo pelo Supremo Tribunal Federal, quanto à base de cálculo das taxas, analise as assertivas abaixo:

- I. É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- II. É constitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem, mesmo que a base de cálculo seja idêntica à do imposto territorial rural.
- III. A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, tem como viabilizá-la a arrecadação de impostos, podendo o Município criar taxa para tal fim.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 40** – Com base no que estabelece o Art. 150, inc. VI, da Constituição Federal, bem como na interpretação do referido dispositivo pelo Supremo Tribunal Federal, quanto à imunidade recíproca dos entes federados, analise as assertivas abaixo:

- I. A imunidade tributária recíproca, extensiva às autarquias e fundações públicas, não tem aplicabilidade restrita a impostos, se estendendo, em consequência, a outras espécies tributárias, a exemplo das contribuições previdenciárias.
- II. A jurisprudência do STF entende que a sociedade de economia mista prestadora de serviço público de água e esgoto não é abrangida pela imunidade tributária recíproca, uma vez que realiza exploração econômica em sua atividade.
- III. A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão (aplicação "retroativa" da imunidade tributária).

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

**MATEMÁTICA FINANCEIRA, ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO**

Nesta prova serão utilizados os resultados aritméticos que estão nas tabelas a seguir.

Tabela para o fator  $(1+i)^n$  na qual "i" está na coluna e "n" está na linha.

|    | 1%     | 2%     | 3%     | 4%     | 5%     | 6%     | 7%     | 8%     | 9%     | 10%    |
|----|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1  | 1,0100 | 1,0200 | 1,0300 | 1,0400 | 1,0500 | 1,0600 | 1,0700 | 1,0800 | 1,0900 | 1,1000 |
| 2  | 1,0201 | 1,0404 | 1,0609 | 1,0816 | 1,1025 | 1,1236 | 1,1449 | 1,1664 | 1,1881 | 1,2100 |
| 3  | 1,0303 | 1,0612 | 1,0927 | 1,1249 | 1,1576 | 1,1910 | 1,2250 | 1,2597 | 1,2950 | 1,3310 |
| 4  | 1,0406 | 1,0824 | 1,1255 | 1,1699 | 1,2155 | 1,2625 | 1,3108 | 1,3605 | 1,4116 | 1,4641 |
| 5  | 1,0510 | 1,1041 | 1,1593 | 1,2167 | 1,2763 | 1,3382 | 1,4026 | 1,4693 | 1,5386 | 1,6105 |
| 6  | 1,0615 | 1,1262 | 1,1941 | 1,2653 | 1,3401 | 1,4185 | 1,5007 | 1,5869 | 1,6771 | 1,7716 |
| 7  | 1,0721 | 1,1487 | 1,2299 | 1,3159 | 1,4071 | 1,5036 | 1,6058 | 1,7138 | 1,8280 | 1,9487 |
| 8  | 1,0829 | 1,1717 | 1,2668 | 1,3686 | 1,4775 | 1,5938 | 1,7182 | 1,8509 | 1,9926 | 2,1436 |
| 9  | 1,0937 | 1,1951 | 1,3048 | 1,4233 | 1,5513 | 1,6895 | 1,8385 | 1,9990 | 2,1719 | 2,3579 |
| 10 | 1,1046 | 1,2190 | 1,3439 | 1,4802 | 1,6289 | 1,7908 | 1,9672 | 2,1589 | 2,3674 | 2,5937 |
| 11 | 1,1157 | 1,2434 | 1,3842 | 1,5395 | 1,7103 | 1,8983 | 2,1049 | 2,3316 | 2,5804 | 2,8531 |
| 12 | 1,1268 | 1,2682 | 1,4258 | 1,6010 | 1,7959 | 2,0122 | 2,2522 | 2,5182 | 2,8127 | 3,1384 |
| 13 | 1,1381 | 1,2936 | 1,4685 | 1,6651 | 1,8856 | 2,1329 | 2,4098 | 2,7196 | 3,0658 | 3,4523 |
| 14 | 1,1495 | 1,3195 | 1,5126 | 1,7317 | 1,9799 | 2,2609 | 2,5785 | 2,9372 | 3,3417 | 3,7975 |
| 15 | 1,1610 | 1,3459 | 1,5580 | 1,8009 | 2,0789 | 2,3966 | 2,7590 | 3,1722 | 3,6425 | 4,1772 |

Tabela para o fator  $\frac{1}{(1+i)^n}$  na qual "i" está na coluna e "n" está na linha.

|    | 1%     | 2%     | 3%     | 4%     | 5%     | 6%     | 7%     | 8%     | 9%     | 10%    |
|----|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1  | 0,9901 | 0,9804 | 0,9709 | 0,9615 | 0,9524 | 0,9434 | 0,9346 | 0,9259 | 0,9174 | 0,9091 |
| 2  | 0,9803 | 0,9612 | 0,9426 | 0,9246 | 0,9070 | 0,8900 | 0,8734 | 0,8573 | 0,8417 | 0,8264 |
| 3  | 0,9706 | 0,9423 | 0,9151 | 0,8890 | 0,8638 | 0,8396 | 0,8163 | 0,7938 | 0,7722 | 0,7513 |
| 4  | 0,9610 | 0,9238 | 0,8885 | 0,8548 | 0,8227 | 0,7921 | 0,7629 | 0,7350 | 0,7084 | 0,6830 |
| 5  | 0,9515 | 0,9057 | 0,8626 | 0,8219 | 0,7835 | 0,7473 | 0,7130 | 0,6806 | 0,6499 | 0,6209 |
| 6  | 0,9420 | 0,8880 | 0,8375 | 0,7903 | 0,7462 | 0,7050 | 0,6663 | 0,6302 | 0,5963 | 0,5645 |
| 7  | 0,9327 | 0,8706 | 0,8131 | 0,7599 | 0,7107 | 0,6651 | 0,6227 | 0,5835 | 0,5470 | 0,5132 |
| 8  | 0,9235 | 0,8535 | 0,7894 | 0,7307 | 0,6768 | 0,6274 | 0,5820 | 0,5403 | 0,5019 | 0,4665 |
| 9  | 0,9143 | 0,8368 | 0,7664 | 0,7026 | 0,6446 | 0,5919 | 0,5439 | 0,5002 | 0,4604 | 0,4241 |
| 10 | 0,9053 | 0,8203 | 0,7441 | 0,6756 | 0,6139 | 0,5584 | 0,5083 | 0,4632 | 0,4224 | 0,3855 |
| 11 | 0,8963 | 0,8043 | 0,7224 | 0,6496 | 0,5847 | 0,5268 | 0,4751 | 0,4289 | 0,3875 | 0,3505 |
| 12 | 0,8874 | 0,7885 | 0,7014 | 0,6246 | 0,5568 | 0,4970 | 0,4440 | 0,3971 | 0,3555 | 0,3186 |
| 13 | 0,8787 | 0,7730 | 0,6810 | 0,6006 | 0,5303 | 0,4688 | 0,4150 | 0,3677 | 0,3262 | 0,2897 |
| 14 | 0,8700 | 0,7579 | 0,6611 | 0,5775 | 0,5051 | 0,4423 | 0,3878 | 0,3405 | 0,2992 | 0,2633 |
| 15 | 0,8613 | 0,7430 | 0,6419 | 0,5553 | 0,4810 | 0,4173 | 0,3624 | 0,3152 | 0,2745 | 0,2394 |

**QUESTÃO 41** – Qual o valor do montante composto recebido na aplicação de R\$ 50.000,00, durante oito meses, o qual rende com uma taxa de 6% ao trimestre, capitalizada mensalmente?

- A) R\$ 56.585,00.
- B) R\$ 57.585,00.
- C) R\$ 58.585,00.
- D) R\$ 59.585,00.
- E) R\$ 60.585,00.

**QUESTÃO 42** – Em um sistema composto de capitalização, a taxa de 5% ao mês é equivalente a uma taxa anual de:

- A) 60%.
- B) 65%.
- C) 70,29%.
- D) 75,49%.
- E) 79,59%.

**QUESTÃO 43** – Um título financeiro com valor nominal de R\$ 40.000,00 será descontado hoje, seis meses antes do seu vencimento. Para a quitação do título, o seu valor atual será calculado por meio do desconto racional composto. Se a taxa de desconto é de 7% ao mês, então o valor atual desse título financeiro será:

- A) R\$ 26.652,00.
- B) R\$ 23.200,00.
- C) R\$ 16.800,00.
- D) R\$ 13.348,00.
- E) R\$ 12.000,00.

**QUESTÃO 44** – Antônio decide, a partir de uma análise sobre sua situação financeira, alterar a data de pagamento de um título, no valor de R\$ 2.000,00 cujo vencimento é daqui seis meses. Se a taxa de juro composto cobrada nas operações financeiras é de 3% ao mês, então o valor equivalente pago por Antônio daqui 14 meses será:

- A) R\$ 2.145,89.
- B) R\$ 2.321,87.
- C) R\$ 2.456,89.
- D) R\$ 2.533,60.
- E) R\$ 2.620,44.

**QUESTÃO 45** – João está em condições financeiras para realizar a quitação das três últimas prestações mensais referentes ao financiamento na compra de seu veículo. O valor de cada prestação é de R\$ 1.500,00 e está sendo cobrada uma taxa de juro composto de 5% ao mês. Sabendo que o prazo para o vencimento de cada uma das prestações é de 30, 60 e 90 dias referente ao dia para o pagamento de quitação, respectivamente, o valor atual de quitação a ser pago por João é:

- A) R\$ 4.084,80.
- B) R\$ 4.275,00.
- C) R\$ 4.500,00.
- D) R\$ 4.654,63.
- E) R\$ 4.890,51.

**QUESTÃO 46** – A taxa de 15% ao ano, capitalizada ao quadrimestre, tem como taxa efetiva anual:

- A) 60%.
- B) 45%.
- C) 25,24%.
- D) 15,76%.
- E) 12,68%.

**QUESTÃO 47** – Na compra de um imóvel de R\$ 178.800,00, Maria faz um financiamento em um banco que cobra juros mensais de 10%. O financiamento será pago por Maria em 12 meses na modalidade do “Sistema de Amortização Constante” (SAC), conforme mostra a tabela a seguir:

| Período   | Saldo Devedor  | Amortização   | Juro          | Prestação     |
|-----------|----------------|---------------|---------------|---------------|
| <b>0</b>  | R\$ 178.800,00 | --            | --            | --            |
| <b>1</b>  | R\$ 163.900,00 | R\$ 14.900,00 | R\$ 17.880,00 | R\$ 32.780,00 |
| <b>2</b>  | R\$ 149.000,00 | R\$ 14.900,00 | R\$ 16.390,00 | R\$ 31.290,00 |
| <b>3</b>  | R\$ 134.100,00 | R\$ 14.900,00 | R\$ 14.900,00 | R\$ 29.800,00 |
| <b>4</b>  | ...            | R\$ 14.900,00 | ...           | ...           |
| <b>5</b>  |                | R\$ 14.900,00 |               |               |
| <b>6</b>  |                | R\$ 14.900,00 |               |               |
| <b>7</b>  |                | R\$ 14.900,00 |               |               |
| <b>8</b>  |                | R\$ 14.900,00 |               |               |
| <b>9</b>  |                | R\$ 14.900,00 | <b>(1)</b>    | <b>(2)</b>    |
| <b>10</b> |                | R\$ 14.900,00 |               |               |
| <b>11</b> |                | R\$ 14.900,00 |               |               |
| <b>12</b> |                | R\$ 14.900,00 |               |               |

Os valores do juro (1) e da prestação (2) pagos no nono período são, respectivamente:

- A) R\$ 3.960,00 e 18.860,00.
- B) R\$ 4.960,00 e 19.860,00.
- C) R\$ 5.960,00 e 20.860,00.
- D) R\$ 6.960,00 e 21.860,00.
- E) R\$ 7.960,00 e 22.860,00.

**QUESTÃO 48** – Considere  $W$  um conjunto de vinte números com valores entre  $[2;10]$ , cuja média aritmética é igual a 5 e cuja mediana é igual a 5. Se um vigésimo-primeiro valor ( $x_{21}$ ) e um vigésimo-segundo valor ( $x_{22}$ ) forem adicionados a  $W$ , que alterações sofrerão a média aritmética e a mediana de  $W$ , uma vez que  $x_{21}$  é igual a 31 e  $x_{22}$  é igual a 1?

- A) A média aritmética aumentará para 6, e a mediana aumentará.
- B) A média aritmética aumentará para 7, e a mediana permanecerá constante.
- C) A média aritmética aumentará para 8, e a mediana se reduzirá.
- D) A média aritmética aumentará para 6, e a mediana permanecerá constante.
- E) A média aritmética aumentará para 7, e a mediana aumentará.

**QUESTÃO 49** – Considere que seja, para um determinado ano, o evento  $A$  “a ocorrência de uma crise econômica”, e o evento  $B$  “a ocorrência de queda na arrecadação da prefeitura”, cujas probabilidades  $P(A)$  e  $P(B)$  são dadas, respectivamente, por 0,2 e 0,1, e que seja a probabilidade de ocorrência dos dois eventos no mesmo ano,  $P(A \cap B)$ , igual a 0,08. Assim, dado que, em um ano qualquer, há a ocorrência de uma crise econômica, a probabilidade de a arrecadação NÃO cair é igual a:

- A) 0,16.
- B) 0,4.
- C) 0,6.
- D) 0,8.
- E) 0,9.

**QUESTÃO 50** – Após uma malha fina realizada em 576 empresas de um município, selecionadas de forma aleatória, foram detectados problemas graves de sonegação fiscal em 44 delas. Com base nessas informações, um auditor fiscal abre um intervalo de 95% de confiança, interessado em inferir qual é a verdadeira proporção de empresas com problemas graves de sonegação em todo o município. Uma vez que o auditor opte por utilizar a aproximação à curva normal e, considerando uma população infinita, qual é o intervalo de confiança obtido pelo auditor para a proporção em questão? (Na curva normal, utilize  $z_{95\%}=1,96$ ).

- A) [0,0755;0,0773]  
 B) [0,0707;0,0820]  
 C) [0,0514;0,1014]  
 D) [0,0706;0,0822]  
 E) [0,0547;0,0981]

**QUESTÃO 51** – Com base em uma amostra aleatória de empresas do setor de comércio de um município, obteve-se informações sobre o faturamento mensal (em R\$ mil, representado por X) e o total pago em impostos municipais (em R\$ mil, representado por Y), sendo obtidas as estatísticas abaixo:

$$s_{xy} = 5.120$$

$$s_x = 320$$

$$s_y = 22$$

Em que  $s_x$  é o desvio padrão amostral de X,  $s_y$  é o desvio padrão amostral de Y e  $s_{xy}$  é a covariância amostral de X e Y. Ao ajustar um modelo de regressão linear simples, aplicando o estimador de mínimos quadrados ordinários, em que X é a variável independente (explicativa) e Y é a variável dependente (explicada), estima-se que o aumento de R\$ 1 no faturamento de uma empresa do setor do comércio está associado a um aumento de quantos reais na arrecadação municipal, ou seja, qual é a estimativa do coeficiente que multiplica X no modelo de regressão?

- A) R\$ 0,04.  
 B) R\$ 0,05.  
 C) R\$ 0,06.  
 D) R\$ 0,07.  
 E) R\$ 0,08.

**QUESTÃO 52** – A planta de valores de IPTU de um município sofreu alterações do ano 1 para o ano 2. Suponha que, nesse município, existam somente três faixas de valores (A, B e C), cujos preços cobrados de IPTU e cujas quantidades de domicílios em cada faixa, para cada ano, são dados no quadro abaixo:

|              | Faixa A      |            | Faixa B      |            | Faixa C      |            |
|--------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|
|              | Valor IPTU   | Quantidade | Valor IPTU   | Quantidade | Valor IPTU   | Quantidade |
| <b>Ano 1</b> | R\$ 1.000,00 | 40.000     | R\$ 2.000,00 | 60.000     | R\$ 3.000,00 | 100.000    |
| <b>Ano 2</b> | R\$ 0        | 45.000     | R\$ 2.500,00 | 65.000     | R\$ 4.000,00 | 90.000     |

Com base na tabela acima, qual das alternativas abaixo retorna o correto índice de preços considerando a variação entre os anos 1 e 2?

- A) O índice de preços de Paasche é igual a 1,196.  
 B) O índice de preços de Laspeyres é igual a 1,174.  
 C) O índice de preços de Paasche é igual a 1,174.  
 D) O índice de preços de Laspeyres é igual a 1,136.  
 E) O índice de preços de Paasche é igual a 1,136.

**QUESTÃO 53** – Suponha que as receitas anuais de um determinado município (em R\$ milhões) sigam o modelo ARIMA(1,0,0) abaixo descrito:

$$Y_t = 70 + 0,8 * Y_{t-1} + e_t$$

Em que  $e_t \sim N(0, \sigma^2)$ .

Nesse caso, qual é a receita esperada do município,  $E(Y_t)$ , para um ano qualquer? Considere que não há informações sobre os anos anteriores, logo  $E(Y_t) = E(Y_{t-1}) = constante$ .

- A) R\$ 560 milhões.
- B) R\$ 70,8 milhões.
- C) R\$ 240 milhões.
- D) R\$ 87,5 milhões.
- E) R\$ 350 milhões.

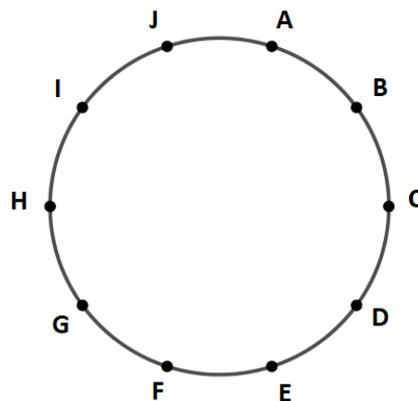
**Lista de símbolos:**

- ⇒ Condicional
- ⇔ Bicondicional
- ∧ Conector "e"
- ∨ Conector "ou"
- ⊄ Conector "ou" exclusivo
- ¬ Negação da proposição
- n! Fatorial do número natural "n"

**QUESTÃO 54** – O número de anagramas da palavra PREFEITURA é:

- A) 10!
- B)  $\frac{10!}{2!.2!}$
- C)  $10! - 2!.2!$
- D)  $10! + 2!.2!$
- E)  $10!.2!.2!$

**QUESTÃO 55** – A imagem abaixo mostra uma circunferência na qual estão dispostos os pontos A, B, C, D, E, F, G, H, I e J.



O número de triângulos distintos que podem ser formados e que tenham os vértices nos pontos indicados anteriormente sobre a circunferência é:

- A) 80.
- B) 90.
- C) 100.
- D) 110.
- E) 120.

**QUESTÃO 56** – Se  $P$ ,  $Q$  e  $\neg R$  são proposições simples verdadeiras, então o valor lógico de  $(\neg P \wedge \neg Q) \Rightarrow (R \vee \neg P)$  é:

- A) Verdadeiro.
- B) Falso.
- C) Impossível de deduzir.
- D) Contraditório.
- E) Incerto.

**QUESTÃO 57** – No lançamento de dois dados honestos, numerados de 1 até 6, observa-se como resultado a face voltada para cima. A probabilidade de que a soma dos resultados obtidos seja igual a seis é:

- A)  $\frac{1}{36}$ .
- B)  $\frac{4}{36}$ .
- C)  $\frac{5}{36}$ .
- D)  $\frac{6}{36}$ .
- E)  $\frac{7}{36}$ .

**QUESTÃO 58** – A negação da proposição “Pedro estudaria para o concurso da prefeitura se, e somente se, Maria o ajudasse a estudar” é:

- A) Pedro não estuda para o concurso da prefeitura e Maria não o ajuda.
- B) Pedro não estudaria para o concurso da prefeitura se, e somente se, Maria não o ajudasse a estudar.
- C) Pedro estuda e Maria o ajuda.
- D) Ou Pedro estudaria para o concurso da prefeitura ou Maria o ajudaria a estudar.
- E) Se Pedro estuda para o concurso da prefeitura, então Maria o ajuda.

**QUESTÃO 59** – Um argumento é composto das seguintes proposições verdadeiras:

- Se João é filho de Matheus, então Pedro é filho de Joana.
- Se Pedro é filho de Joana, então Antônia é filha de Jaime.
- Sabe-se que é verdade que Antônia não é filha de Jaime.

Logo, é possível concluir que seja verdade:

- A) João é filho de Matheus.
- B) Pedro não é filho de Joana.
- C) Antônia é filha de Jaime.
- D) João e Antônia não são irmãos.
- E) João e Pedro são irmãos.

**QUESTÃO 60** – Considere as seguintes proposições:

- Todos os trabalhadores da prefeitura gostam de comer pizza.
- Algumas pessoas que gostam de comer pizza são intolerantes à lactose.
- Pedro trabalha na prefeitura.

A partir disso, pode-se concluir que:

- A) Pedro trabalha na prefeitura e é intolerante à lactose.
- B) Pedro não gosta de comer pizza.
- C) Pedro certamente não é intolerante à lactose.
- D) Pedro certamente é intolerante à lactose.
- E) Pedro pode ser intolerante à lactose.

### AUDITORIA

**QUESTÃO 61** – Um Auditor-Fiscal da Receita Municipal recebeu como incumbência realizar auditoria em uma instituição bancária estabelecida em Porto Alegre. O planejamento da auditoria restringiu seu escopo exclusivamente às operações efetuadas pelo banco na condição de substituto tributário (Lei Complementar nº 306/1993 consolidada). Para tanto, foi prevista a visita ao banco para o exame de contas e operações contábeis relacionadas com o objeto da auditoria e de acordo com o planejamento. Nesse caso, qual das análises a seguir, entre outras, o Auditor-Fiscal deve adotar?

- A) Conta redutora da Receita Bruta "Tributos sobre Serviços Prestados".
- B) Contas relativas a "Serviços Diversos" ou "Outros Serviços" prestados pelo banco.
- C) Contas relativas a serviços terceirizados contratados pelo banco.
- D) Serviços bancários não tributados pelo IOF.
- E) Serviços bancários tributados pelo IOF.

**QUESTÃO 62** – As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) definem os conceitos e normas acerca da Auditoria Contábil e da Perícia Contábil, restando claro do exame das referidas normas a distinção entre uma coisa e outra. Em relação a tais diferenças, analise as assertivas abaixo:

- I. A auditoria contábil é uma técnica contábil que consiste na verificação e fidedignidade dos dados contidos nas demonstrações contábeis por meio do exame minucioso dos registros da contabilidade e dos documentos que a eles deram origem.
- II. A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato.
- III. Enquanto a auditoria apresenta seu resultado expressando uma opinião por meio do relatório de auditoria, o perito apresenta o resultado da perícia com um laudo pericial contábil ou parecer técnico-contábil.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 63** – Em relação ao que estabelece a NBC TA 330 (R1) a respeito dos Procedimentos de Auditoria, analise as assertivas a seguir:

- I. Os Procedimentos Substantivos incluem: testes de detalhes (de classes de transações, de saldos de contas e de divulgações) e procedimentos analíticos substantivos.
- II. Procedimento Substantivo é o procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível de afirmações.
- III. Teste de Controle é o procedimento de auditoria planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 64** – De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte de seus Auditores-Fiscais ou quaisquer servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. Todavia, o próprio CTN prevê algumas exceções, ou seja, situações em que a divulgação não é vedada. Entre essas exceções, NÃO se incluem as informações:

- A) Referentes a parcelamento ou moratória.
- B) Referentes a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- C) Relativas a representações fiscais para fins penais.
- D) Relativas ao sujeito passivo quando este for servidor público.
- E) Requisitadas por autoridade judiciária no interesse da justiça.

**Para responder às questões 65 e 66, considere o seguinte enunciado (e somente o que nele está descrito): em um hipotético processo de revisão fiscal em uma empresa prestadora de serviços contribuinte do ISSQN estabelecida em Porto Alegre (a alíquota do imposto devido sobre os serviços prestados pela referida empresa é de 5% sobre o preço cobrado), o Auditor-Fiscal da Receita Municipal, após adotar todos os procedimentos de praxe, chegou a duas importantes constatações:**

**Constatação 1:** Ao examinar os livros e registros contábeis da empresa, o Auditor-Fiscal constatou que havia um saldo de R\$ 90.000,00 na conta do Passivo Circulante, denominada Empréstimos e Financiamentos. Verificou, ainda, que os únicos dois lançamentos na conta foram o relativo ao contrato, em que a empresa constituiu uma dívida de R\$ 120.000,00; e um outro registro, no valor de R\$ 30.000,00, referente ao pagamento de uma parcela da dívida. Em procedimento de circularização com a instituição financeira, concluiu que a dívida contraída se referia a um empréstimo para obtenção de capital de giro, a ser pago em quatro parcelas de R\$ 30.000,00 cada, e que todas elas haviam sido pagas ao banco, em dinheiro e na mesma data.

**Constatação 2:** A empresa emprega determinados materiais na prestação dos serviços, os quais, nos termos do regulamento do ISSQN, integram o preço do serviço para fins de base de cálculo do imposto. O custo dos mencionados materiais corresponde, em média, a 10% do custo total dos serviços prestados. Ao conferir o estoque dos referidos materiais existentes na empresa, comparando os valores com os constantes na contabilidade, o Auditor-Fiscal chegou à conclusão de que havia R\$ 20.000,00 no almoxarifado a mais do que acusavam os registros contábeis. A empresa declarou formalmente que não tinha como explicar tal diferença.

**QUESTÃO 65** – Com base na narrativa da Constatação 1, é correto afirmar que:

- A) Ainda que esteja caracterizado um passivo fictício, não cabe arbitramento, porque não há relação entre a conta Empréstimos e Financiamentos e as operações de prestação de serviço.
- B) Em face do passivo fictício constatado, poderá ser arbitrado preço de serviço no valor de R\$ 120.000,00.
- C) No caso relatado, não está caracterizado passivo fictício, não sendo cabível o arbitramento de qualquer valor pela autoridade tributária.
- D) Operações financeiras (ou de financiamento) não estão sujeitas ao ISSQN, razão pela qual o Auditor-Fiscal nunca deve examinar a conta Empréstimos e Financiamentos.
- E) Poderá ser arbitrado preço de serviço no valor de R\$ 90.000,00 em face da constatação do passivo fictício.

**QUESTÃO 66** – Em relação aos fatos da narrativa da Constatação 2, é correto afirmar que:

- A) Ainda que tenha sido constatado ativo oculto, nos termos da regulamentação vigente, não cabe arbitramento de preço de serviço.
- B) Em face dos materiais integrarem o preço do serviço, não cabe arbitramento uma vez que seu custo já compõe a base de cálculo do imposto.
- C) Poderá ser arbitrado o preço de serviço em face do ativo oculto, mas somente no montante de R\$ 2.000,00.
- D) Poderá ser arbitrado o preço de serviço no montante de R\$ 20.000,00, em face do ativo oculto.
- E) Poderá ser cobrado imposto no valor de R\$ 900,00 em razão do arbitramento de preço de serviço.

**QUESTÃO 67** – A confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria e, portanto, da própria auditoria é influenciada pela sua fonte e sua natureza e pelas circunstâncias nas quais são obtidas, incluindo os controles sobre sua elaboração e manutenção, quando relevante. A norma brasileira de contabilidade que trata do tema (NBC TA 500 (R1)), embora reconhecendo que podem existir exceções, relaciona algumas generalizações sobre a confiabilidade da evidência de auditoria que podem ser úteis, entre elas, a seguinte:

- A) A confiabilidade da evidência de auditoria é menor quando ela é obtida de fontes independentes fora da entidade.
- B) A confiabilidade da evidência de auditoria gerada internamente é menor quando são efetivos os controles relacionados, incluindo os controles sobre sua elaboração e manutenção, impostos pela entidade.
- C) A evidência de auditoria obtida indiretamente pelo auditor ou por inferência é menos confiável do que a evidência de auditoria obtida diretamente.
- D) A evidência de auditoria obtida, por exemplo, por uma ata de reunião elaborada tempestivamente é menos confiável do que por uma representação verbal subsequente dos assuntos discutidos.
- E) A evidência de auditoria fornecida por documentos originais é menos confiável do que a evidência de auditoria fornecida por documentos que foram filmados, digitalizados ou transpostos de outra maneira para a forma eletrônica.

**QUESTÃO 68** – No trabalho de fiscalização de uma empresa prestadora de serviço, o Auditor-Fiscal da Receita Municipal solicitou que o responsável pelo caixa registrasse todos os documentos ainda não escriturados para a apuração do saldo atualizado do livro Movimento do Caixa. Feito isso, foi constatado um saldo de R\$ 1.200,00 no referido livro. A seguir, o Auditor-Fiscal efetuou a contagem do numerário em espécie na tesouraria e constatou que havia R\$ 1.500,00 em dinheiro. Não havia mais nenhum vale, cheque ou qualquer outro documento que pudesse ser computado ou registrado. O Auditor concluiu haver algo errado, o que poderia ser, por exemplo:

- A) A prestação de serviço à vista sem a emissão da respectiva nota fiscal.
- B) Um adiantamento de numerário ao *office-boy* para pagamento de despesas, sem a emissão de qualquer documento ou registro.
- C) O registro de nota fiscal de prestação de serviço a prazo, como um ingresso no caixa.
- D) Um pagamento de despesa sem o registro do valor no livro Movimento do Caixa.
- E) Um recebimento de duplicata registrado por valor maior que o seu valor nominal.

**QUESTÃO 69** – NBC TA 530 aplicável à auditoria das demonstrações contábeis, ao tratar de amostragem em auditoria, estabelece os requisitos para a definição da amostra, tamanho e seleção dos itens para teste, bem como para a execução dos procedimentos de auditoria. De acordo com a referida norma, é INCORRETO afirmar que:

- A) Ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve considerar a finalidade do procedimento de auditoria e não as características da população da qual será retirada a amostra.
- B) O auditor deve determinar o tamanho de amostra suficiente para reduzir o risco de amostragem a um nível mínimo aceitável.
- C) O auditor deve executar os procedimentos de auditoria, apropriados à finalidade, para cada um dos itens selecionados.
- D) O auditor deve selecionar itens para a amostragem de forma que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.
- E) Se o procedimento de auditoria não for aplicável ao item selecionado, o auditor deve executar o procedimento em um item que substitua o anteriormente selecionado.

**QUESTÃO 70** – Sob o prisma da NBC TA 240 (R1), no que diz respeito à responsabilidade do auditor em relação à fraude no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, analise as assertivas abaixo:

- I. As distorções das demonstrações contábeis podem originar-se de fraude ou erro, sendo que as distorções relevantes se originam sempre de fraudes.
- II. Fraude é o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal.
- III. As normas estabelecem que o auditor, antes de se preocupar com distorções, deve se preocupar com as fraudes, uma vez que a detecção de ambas é de sua responsabilidade.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) I, II e III.

#### **DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO CIVIL E DIREITO PENAL**

**QUESTÃO 71** – A entidade Amigos do Riacho Doce, que tem natureza de associação privada:

- A) É pessoa jurídica sem fins econômicos.
- B) Terá a sua atividade fiscalizada pelo Ministério Público, a quem deverá prestar contas anualmente.
- C) Necessita de autorização estatal específica para ser constituída.
- D) Será regida por um contrato social, que estabelecerá os direitos e obrigações recíprocos dos associados.
- E) Será caracterizada pela livre transferência da qualidade de associado, salvo se ato constitutivo dispuser de forma diversa.

**QUESTÃO 72** – As sociedades Companhia de Alimentos, Comércio de Alimentos S. A. e Fábrica de Alimentos S.A. formam um grupo econômico. Nessa hipótese, de acordo com o Código Civil:

- A) Se o grupo econômico não for levado à inscrição no órgão de registro empresarial, ficará autorizada, por esse motivo, a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.
- B) A simples existência do grupo econômico autoriza a aplicação da teoria da aplicação da desconsideração da personalidade jurídica nas relações empresariais em geral.
- C) Cada uma das sociedades tem personalidade jurídica própria.
- D) Aos grupos econômicos somente se aplica a teoria da desconsideração da personalidade jurídica na sua modalidade inversa.
- E) É vedada a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica aos grupos econômicos.

**QUESTÃO 73** – Carlos exerce a sua atividade como empresário individual e, alguns meses após a realização de sua inscrição perante o Registro Público de Empresas Mercantis, sofre um acidente que acarreta a sua incapacidade para os atos da vida civil. Nessa hipótese:

- A) Haverá o cancelamento automático de sua inscrição como empresário individual.
- B) Deverá ser requerido o cancelamento de sua inscrição diretamente na Junta Comercial, pois, considerado o aspecto personalíssimo da atividade de empresário individual, esta não poderá continuar.
- C) Deverá ser requerido o cancelamento de sua inscrição ao juízo responsável pela declaração de sua incapacidade, pois, considerado o aspecto personalíssimo da atividade de empresário individual, esta não poderá continuar.
- D) A atividade poderá continuar sendo conduzida pelo curador do empresário, independentemente de autorização judicial.
- E) Poderá ser autorizada judicialmente a continuação da atividade desse empresário individual.

**QUESTÃO 74** – Sobre a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, é correto afirmar que:

- A) Poderá ser de fato, ou seja, sem inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, quando então será desprovida da condição de pessoa jurídica.
- B) Poderá ter como instituidor uma sociedade limitada.
- C) Não poderá ter seu capital integralizado com bens.
- D) Deverá ter capital equivalente a cem salários mínimos, integralizado à vista ou no prazo máximo de cento e oitenta dias.
- E) Não poderá ser constituída por pessoa casada pelo regime da comunhão universal de bens.

**QUESTÃO 75** – Em uma sociedade limitada composta por três sócios, devidamente constituída e com capital integralizado, um deles veio a falecer. O contrato social é omissivo quanto à sucessão de herdeiro nas quotas sociais. Nesse caso, é correto afirmar que:

- A) Os sócios remanescentes poderão optar pela dissolução da sociedade.
- B) O herdeiro do sócio falecido, desde que capaz, assumirá de imediato a condição de sócio.
- C) A quota social do sócio falecido deverá ser liquidada, pois os herdeiros não podem assumir a condição de sócios.
- D) Haverá a liquidação de pleno direito da sociedade limitada.
- E) Caberá ao juízo do inventário do sócio falecido a decisão sobre a sucessão na respectiva quota social.

**QUESTÃO 76** – Sobre a sociedade anônima, é correto afirmar que:

- A) O conselho fiscal é órgão de existência obrigatória e funcionamento permanente.
- B) Se de capital aberto, o conselho de administração é obrigatório.
- C) A administração é exercida por um ou mais administradores, pessoas naturais ou jurídicas.
- D) A administração é exercida por sócio, indicado no estatuto social ou em ato separado, devidamente arquivado no órgão de registro mercantil.
- E) É nula a cláusula estatutária que imponha limitações à circulação de ações, tanto na companhia de capital fechado como de capital aberto.

**QUESTÃO 77** – Comércio de Roupas Bonitas Limitada, sociedade limitada que possui a condição de empresa de pequeno porte, oferece em juízo plano de recuperação econômica judicial especial. Nessa hipótese:

- A) O pedido deverá ser indeferido, pois a requerente não preenche o requisito subjetivo necessário para a recuperação judicial especial.
- B) O plano será encaminhado para votação perante assembleia de credores.
- C) O plano não poderá envolver o pagamento de créditos fiscais e derivados da legislação do trabalho.
- D) O plano preverá o pagamento em trinta e seis parcelas mensais, iguais e sucessivas, podendo ainda conter a proposta de abatimento do valor das dívidas.
- E) O pedido de recuperação acarretará a suspensão do curso da prescrição em relação a todas as dívidas da sociedade.

**QUESTÃO 78** – João, funcionário público da Prefeitura, exerce o cargo de responsável pelo almoxarifado, local em que ficam guardados computadores adquiridos pelo Governo Municipal e que serão encaminhados às escolas de ensino fundamental. Ocorre que, no horário de almoço, João não aguarda seu colega retornar do intervalo e vai até a copa esquentar sua refeição. Contudo, deixou a porta da repartição aberta, pois acreditava que, do local em que estaria, seria possível visualizar alguém chegando. Enquanto esquentava sua refeição no micro-ondas, negligenciou e deixou de observar o corredor, momento em que um indivíduo que estava realizando uma entrega no setor de cópias, que fica ao lado do almoxarifado, percebeu que a sala estava vazia e, aproveitando a situação, subtraiu um dos computadores que lá estavam guardados. O furto, no entanto, não foi percebido por José. No dia seguinte, os computadores foram encaminhados às escolas, ocasião em que foi realizada a contagem e constatado que faltava um aparelho. Após visualizarem as câmeras do sistema de monitoramento, foi possível revelar como o computador tinha sido furtado. Nessas condições, José:

- A) Cometeu o delito de prevaricação.
- B) Cometeu o delito de peculato, mediante erro de outrem.
- C) Cometeu o delito de peculato culposo e, se reparar o dano antes da sentença irrecorrível, estará extinta sua punibilidade.
- D) Cometeu o delito de peculato doloso.
- E) Não cometeu crime.

**QUESTÃO 79** – O Título XI do Código Penal trata dos crimes contra à administração pública, sendo que, no Capítulo I, estão previstos os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. Nesse sentido, analise as assertivas abaixo:

- I. Comete crime de prevaricação o funcionário público que deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- II. O funcionário público que revelar fato que deva permanecer em segredo, de que tem ciência em razão do cargo, ou facilitar-lhe a revelação, comete o delito de condescendência criminosa.
- III. Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe – ou deveria saber – indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, comete o delito de excesso de exação.
- IV. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura o crime de corrupção passiva.

Quais estão corretas?

- A) Apenas III.
- B) Apenas IV.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas I, III e IV.

**QUESTÃO 80** – No que diz respeito à perda do cargo público como efeito da condenação, nos termos do Código Penal, analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Nos crimes comuns, quando a pena aplicada for superior a quatro anos, esse efeito é automático.
- II. É automática, independentemente do *quantum* de pena privativa de liberdade aplicada e do crime cometido.
- III. Se aplicada pena privativa de liberdade superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, a perda do cargo não é automática, devendo ser motivadamente declarada na sentença.

- A) Todas estão corretas.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas I está correta.
- D) Apenas III está correta.
- E) Apenas I e II estão corretas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL – BLOCO II**

**Instruções**

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse Concurso Público.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão ser armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal. Somente devem permanecer em posse do candidato caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta azul ou preta, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a imediata exclusão do candidato.
3. Certifique-se de que este caderno:
  - contém 80 (oitenta) questões;
  - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. No caderno de prova, pode-se rabiscar, riscar e calcular.
6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução.

Boa prova!



## INFORMÁTICA

Para a resolução das questões desta prova, considere os seguintes detalhes: (1) os programas utilizados nesta prova foram instalados com todas as suas configurações padrão, entretanto, caso tenham sido realizadas alterações que impactem na resolução da questão, elas serão alertadas no texto da questão ou mostradas visualmente, se necessário; (2) no enunciado e nas respostas de algumas questões, existe(m) letra(s), palavra(s) ou texto(s) que foram digitados entre aspas, apenas para destacá-los. Neste caso, para resolver as questões, desconsidere tais aspas e atente-se somente para a(s) letra(s), palavra(s) ou texto(s) propriamente ditos; (3) em algumas figuras foram inseridas setas numeradas apenas para facilitar a resolução da questões e (4) para resolver as questões desta prova, considere, apenas, os recursos disponibilizados, tais como essas orientações, os textos introdutórios das questões, normalmente disponibilizados antes das Figuras, os enunciados propriamente ditos e os dados e informações disponíveis nas Figuras das questões, se houver.

As questões 01 e 02 baseiam-se na Figura 1, que mostra uma notícia da Agência Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), publicada dia 19 de setembro de 2019, disponível no seguinte endereço eletrônico <http://www.ebc.com.br/institucional/sala-de-imprensa/noticias/2019/11/ebc-ganha-nova-identidade-visual-1>. Segundo a Agência Brasil, a Polícia Federal deflagrou, no dia 19 de setembro de 2019, a 2ª fase da Operação *Spoofing*, que investiga a invasão de dispositivos eletrônicos de autoridades e a prática de crimes cibernéticos.



**Figura 1 – Notícia da Agência Brasil**

**QUESTÃO 01** – A Figura 1 apresenta notícia a respeito da 2ª fase da Operação *Spoofing*, na qual os policiais federais cumpriram dois mandados de prisão temporária e outros de busca e apreensão em endereços de pessoas ligadas à organização criminosa investigada. Os criminosos invadiram os celulares de autoridades, tendo acessado e tomado conhecimento de informações, muito delas sensíveis, sem autorização dos respectivos proprietários. Nesse caso, é correto afirmar que o seguinte princípio básico da Segurança da Informação foi violado:

- A) Sigilo.
- B) Integridade.
- C) Não repúdio.
- D) Autenticidade.
- E) Disponibilidade.

**QUESTÃO 02** – A operação deflagrada pela Polícia Federal recebeu o nome de Operação *Spoofing*. *Spoofing* refere-se a um tipo de ataque na Internet caracterizado:

- A) Pela interceptação de tráfego, que é uma técnica que consiste em inspecionar os dados trafegados em redes de computadores e dispositivos móveis, por meio do uso de programas específicos chamados de *spoofers*.
- B) Pela falsificação de uma página da internet, que é uma técnica que consiste em alterar o conteúdo da página web de um site, por meio de programas específicos chamados de *trojan horse*.
- C) Pela falsificação de e-mail, que é uma técnica que consiste em alterar campos do cabeçalho de um e-mail, de forma a aparentar que ele foi enviado de uma determinada origem quando, na verdade, foi enviado de outra.
- D) Por um ataque de força bruta, que consiste em adivinhar, por tentativa e erro, um nome de usuário e senha e, assim, executar processos e acessar sites, computadores, dispositivos móveis e serviços em nome e com os mesmos privilégios deste usuário.
- E) Pela negação de serviço, que é uma técnica pela qual um atacante utiliza um computador para tirar de operação um serviço, um computador, um dispositivo móvel ou uma rede conectada à internet.

A questão 03 baseia-se na Figura 2, que exibe a venda de certificados digitais, do tipo "e-CNPJ" e os respectivos meios em que podem ser armazenados e utilizados.



Figura 2 – Venda de certificados digitais

**QUESTÃO 03** – Um certificado digital "e-CNPJ", do tipo "A1", após devidamente emitido, pode ser armazenado:

- I. Diretamente no computador do titular do certificado.
- II. Em um token.
- III. Em um cartão smart card.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 04** – Segundo o Guia do PMBOK, 6ª. Edição, um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único, é chamado de:

- A) Projeto.
- B) Portfólio.
- C) Processo.
- D) Operação.
- E) Programa.

A questão 05 baseia-se na Figura 3, que mostra a ordem em que uma tarefa pode ser executada. Nesse caso, existem dois caminhos possíveis: (1) é a execução das atividades A, B, D e F, em 16 (dezesseis) dias; e (2) execução das atividades A, C, E e F, em 14 (quatorze) dias.

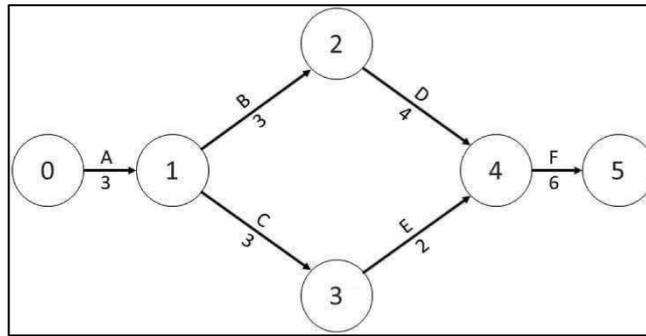


Figura 3 – Ordem de execução de tarefa

QUESTÃO 05 – Segundo o Guia do PMBOK, 6ª. Edição, a Figura 3 é elaborada por meio do método:

- A) Do Diagrama de Precedência (MDP), em que ABDF é o caminho de precedência escolhido.
- B) Do Diagrama de Precedência (MDP), em que ACEF é o caminho de precedência escolhido.
- C) Método Responsável, Aprovador, Consultado e Informado (RACI), em que ABDF é o caminho RACI escolhido.
- D) Do Caminho Crítico (CPM), em que ABDF é caminho crítico do projeto.
- E) Do Caminho Crítico (CPM), em que ACEF é caminho crítico do projeto.

A questão 06 baseia-se nas Figuras 4(a) e 4(b). A Figura 4(a) mostra um Diagrama Entidade-Relacionamento (DER), notação de "Peter Chen", adaptado por "Carlos Alberto Heuser". A Figura 4(b) mostra dois esquemas relacionais, construídos a partir do DER da Figura 4(a), no qual se omitiu, intencionalmente, a linha de texto da referência.

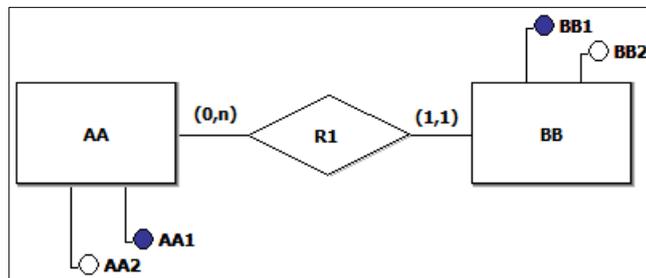


Figura 4(a) – DER

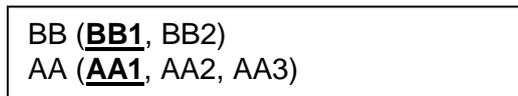


Figura 4(b) – Esquemas relacionais

QUESTÃO 06 – Os esquemas relacionais mostrados na Figura 4(b) foram devidamente implementados em um Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional (SGBDR), tendo sido criadas e populadas as tabelas correspondentes com dados, segundo os conceitos do modelo relacional. Nesse caso, para evitar anomalias de atualização, pode-se afirmar que:

- I. Para que seja possível a inclusão de uma tupla em "AA", deve haver uma tupla em "BB" tal que "AA3" = "BB1" ou "AA3" será nulo.
- II. Para a inserção de uma tupla em "BB", tem que existir uma tupla em "AA", em que, obrigatoriamente "BB1" = "AA3".
- III. Por padrão, deve ser possível a exclusão de uma tupla de "AA", mesmo quando "AA3" = "BB1".

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

A questão 07 baseia-se na Figura 5 que mostra, esquematicamente, a tabela relacional "Teste", implementada segundo os conceitos do modelo relacional, em um Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional (SGBDR), cujas colunas estão identificadas pelas letras de "A" a "G", assim como as dependências funcionais entre as colunas dessa tabela. Nessa tabela, suprimiu-se, intencionalmente, os seus registros.

| Tabela Teste |   |   |   |   |   |   |
|--------------|---|---|---|---|---|---|
| A            | B | C | D | E | F | G |
|              |   |   |   |   |   |   |
|              |   |   |   |   |   |   |
|              |   |   |   |   |   |   |

**Dependências funcionais:**  
**(A,B) → (F,G)**  
**B → (C,D,E)**

**Figura 5 – Tabela e dependências funcionais**

**QUESTÃO 07** – Na Figura 5, observam-se as dependências funcionais existentes entre as colunas da tabela "Teste", como, por exemplo, as colunas (A,B) determinam funcionalmente as colunas (F,G). Portanto, analisando-se essa Figura, pode-se concluir que essa tabela está na:

- I. 1ª Forma Normal (1FN).
- II. 2ª Forma Normal (2FN).
- III. 3ª Forma Normal (3FN).

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

As questões 08, 09 e 10 baseiam-se na Figura 6, que mostra, esquematicamente, um Diagrama Entidade-Relacionamento (DER) elaborado no MySQL Workbench 8.0, no qual se inseriu, intencionalmente, nos locais apontados pelas setas nº 1 e 2, retângulos para ocultar os relacionamentos existentes nesses locais. Nesse DER, constam as entidades "Produto", "Aquisicao" e "Cliente", implementadas de acordo com as seguintes regras de negócio: (1) um cliente poderá adquirir um ou mais produtos, inclusive os mesmos produtos mais de uma vez, em data/hora diferentes; (2) um produto poderá ser adquirido por um ou mais clientes, inclusive o mesmo cliente, mais de uma vez; (3) deve ser possível cadastrar qualquer produto ou cliente, no banco de dados, sem associá-los a qualquer outra tabela; (4) ao se associar um cliente a um produto, armazena-se, no banco de dados, a quantidade adquirida, a correspondente data/hora de aquisição e o preço efetivamente pago (que poderá ser diferente do preço de tabela do produto, devido ao cliente ter recebido um desconto no preço do produto).

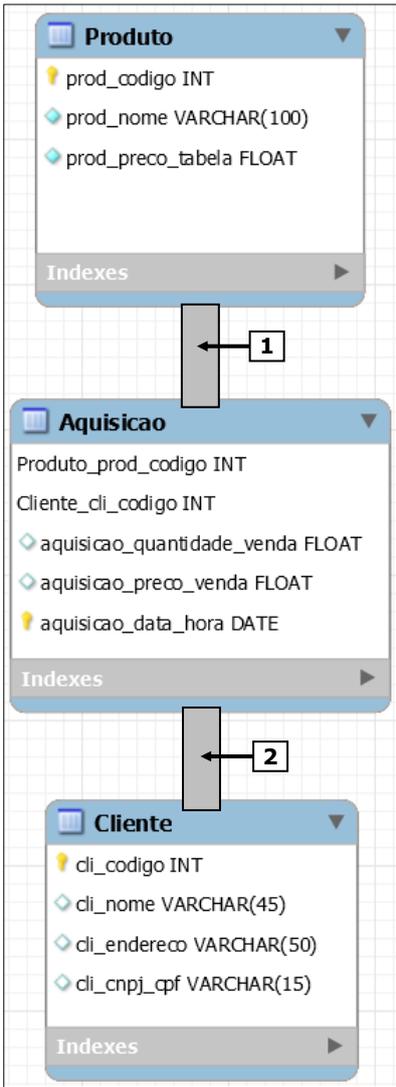
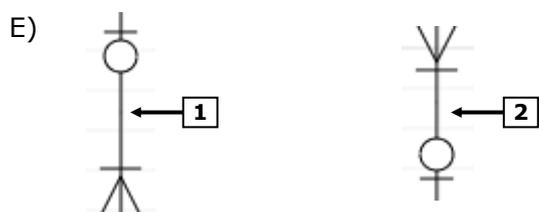
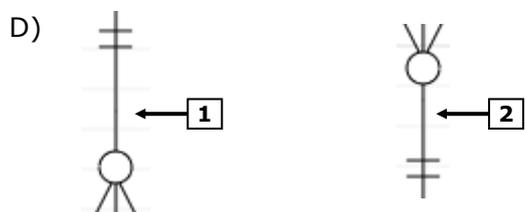
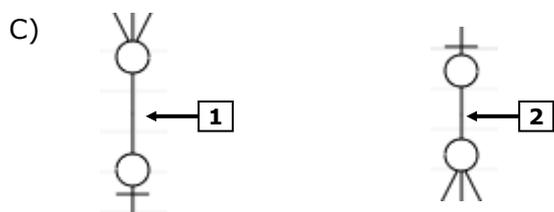
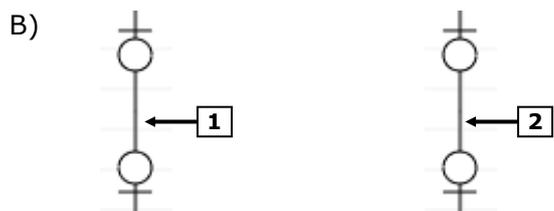
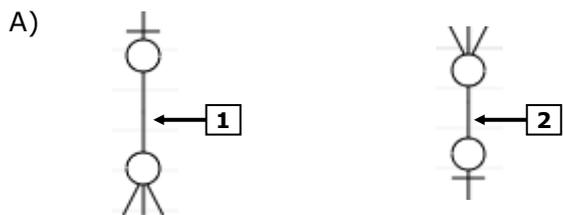


Figura 6 – DER

**QUESTÃO 08** – Para que o DER da Figura 6 fique correto, deverão ser inseridos, respectivamente, nos locais apontados pelas setas nº 1 e 2, os seguintes relacionamentos:



**QUESTÃO 09** – Sabe-se que, a partir do DER mostrado na Figura 6, foram criadas e populadas as tabelas correspondentes em um Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional (SGBDR), tendo-se respeitado, rigorosamente, os conceitos do modelo relacional. Nesse caso, para criar a tabela "Aquisicao", bastou executar a seguinte declaração, em SQL padrão ANSI:

A)

```
CREATE TABLE Aquisicao (
  Produto_prod_codigo INT NOT NULL,
  Cliente_cli_codigo INT NOT NULL,
  aquisicao_quantidade_venda FLOAT NOT NULL,
  aquisicao_preco_venda FLOAT NOT NULL,
  aquisicao_data_hora DATE NOT NULL,
  PRIMARY KEY (aquisicao_data_hora, Produto_prod_codigo, Cliente_cli_codigo),
  FOREIGN KEY (Produto_prod_codigo) REFERENCES Produto (prod_codigo),
  FOREIGN KEY (Cliente_cli_codigo) REFERENCES Cliente (cli_codigo)
);
```

B)

```
CREATE TABLE Aquisicao (
  Produto_prod_codigo INT NOT NULL,
  Cliente_cli_codigo INT NOT NULL,
  aquisicao_quantidade_venda FLOAT NULL,
  aquisicao_preco_venda FLOAT NULL,
  aquisicao_data_hora DATE NOT NULL,
  PRIMARY KEY (Produto_prod_codigo, Cliente_cli_codigo),
  FOREIGN KEY (Produto_prod_codigo) REFERENCES Produto (prod_codigo),
  FOREIGN KEY (Cliente_cli_codigo) REFERENCES Cliente (cli_codigo)
);
```

C)

```
CREATE TABLE Aquisicao (
  Produto_prod_codigo INT PRIMARY KEY,
  Cliente_cli_codigo INT PRIMARY KEY,
  aquisicao_quantidade_venda FLOAT NOT NULL,
  aquisicao_preco_venda FLOAT NOT NULL,
  aquisicao_data_hora DATE PRIMARY KEY,
  FOREIGN KEY (Produto_prod_codigo) REFERENCES Produto (prod_codigo),
  FOREIGN KEY (Cliente_cli_codigo) REFERENCES Cliente (cli_codigo)
);
```

D)

```
CREATE TABLE Aquisicao (
  Produto_prod_codigo INT PRIMARY KEY REFERENCES Produto (prod_codigo),
  Cliente_cli_codigo INT PRIMARY KEY ) REFERENCES Cliente (cli_codigo),
  aquisicao_quantidade_venda FLOAT NULL,
  aquisicao_preco_venda FLOAT NULL,
  aquisicao_data_hora DATE PRIMARY KEY
);
```

E)

```
CREATE TABLE Aquisicao (
  Produto_prod_codigo INT PRIMARY KEY REFERENCES Produto (prod_codigo) NOT NULL,
  Cliente_cli_codigo INT PRIMARY KEY ) REFERENCES Cliente (cli_codigo) NOT NULL,
  aquisicao_quantidade_venda FLOAT NOT NULL,
  aquisicao_preco_venda FLOAT NOT NULL,
  aquisicao_data_hora DATE NOT NULL
);
```

**QUESTÃO 10** – Um cliente, ao realizar uma compra, poderá adquirir vários produtos. Por exemplo, no dia 03/01/2019, às 10h:37min (dez horas e trinta e sete minutos), o cliente João Pedro, adquiriu os seguintes produtos: (1) 10 lápis ao preço de venda de 0,55 cada; e (2) 5 canetas esferográficas, ao preço de venda de 1,50 cada. O valor total dessa compra realizada pelo Joao foi de 13,00, que corresponde a soma das seguintes contabilizações:  $(10 * 0,55 + 5 * 1,50)$ . Joao Pedro poderá adquirir esses mesmos produtos e outros, quando desejar. As quantidades adquiridas e o preço de venda são registrados na tabela "AQUISICAO". Pretende-se gerar um relatório que exiba o código e nome de cada cliente, a data de aquisição e o valor total de cada aquisição realizada por esses clientes. O resultado deverá ser ordenado de forma ascendente pela data de aquisição e, a seguir, pelo código do cliente, também de forma ascendente. Nesse caso, é uma consulta que atende corretamente ao enunciado acima:

I.

```
SELECT cli_codigo, cli_nome, aquisicao_data, sum
(aquisicao_preco_venda*aquisicao_quantidade_venda)
soma
FROM cliente, aquisicao
WHERE cli_codigo = cliente_cli_codigo
GROUP BY cli_codigo, cli_nome, aquisicao_data
ORDER BY cli_codigo, aquisicao_data;
```

II.

```
SELECT cli_codigo, cli_nome, aquisicao_data, sum
(aquisicao_preco_venda*aquisicao_quantidade_venda)
FROM cliente INNER JOIN aquisicao ON cli_codigo =
cliente_cli_codigo
GROUP BY cli_codigo, cli_nome, aquisicao_data
ORDER BY cli_codigo ASC, aquisicao_data ASC;
```

III.

```
SELECT c.cli_codigo, c.cli_nome, a.aquisicao_data, soma
FROM cliente c, aquisicao a
WHERE a.cli_codigo = a.cliente_cli_codigo
GROUP BY c.cli_codigo, c.cli_nome, a.aquisicao_data
ORDER BY c.cli_codigo, a.aquisicao_data;
HAVING
sum
(a.aquisicao_preco_venda*a.aquisicao_quantidade_venda)
soma;
```

Quais estão corretas?

- A) Apenas III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

A questão 11 baseia-se na Figura 7, que mostra uma modelagem multidimensional, elaborada no Microsoft Access 365 (MS Access 365).

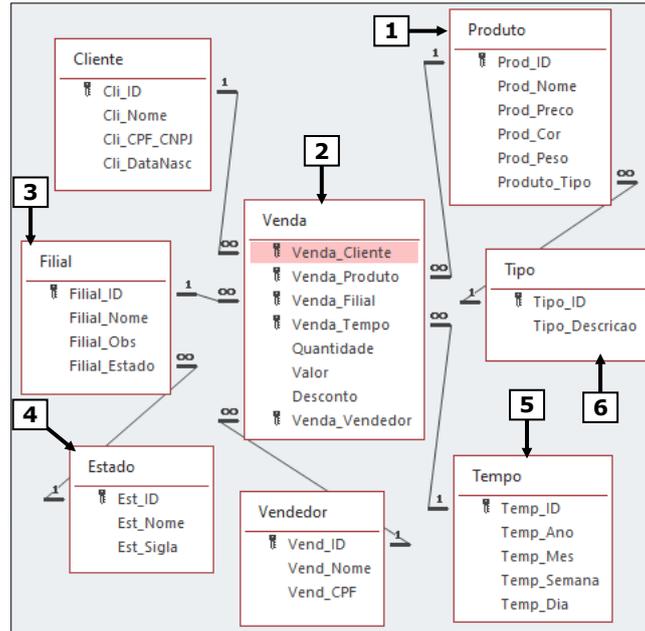


Figura 7 – Modelagem multidimensional

**QUESTÃO 11** – Após observar a Figura 7, analise as seguintes assertivas:

- I. A tabela fato, dessa modelagem, é "Venda", apontada pela seta nº 2.
- II. As tabelas "Produto", "Filial", "Estado", "Tempo" e "Tipo", apontados, respectivamente pelas setas nº 1, 3, 4, 5 e 6, são tabelas "Dimensão".
- III. O esquema multidimensional exibido na Figura 7 é chamado de esquema "Estrela".

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

A questão 12 baseia-se na Figura 8, que exibe uma modelagem de processo incompleta, que ainda se encontra sendo realizada no BizAgi Modeler 64-bit, versão 3.6.0.044.

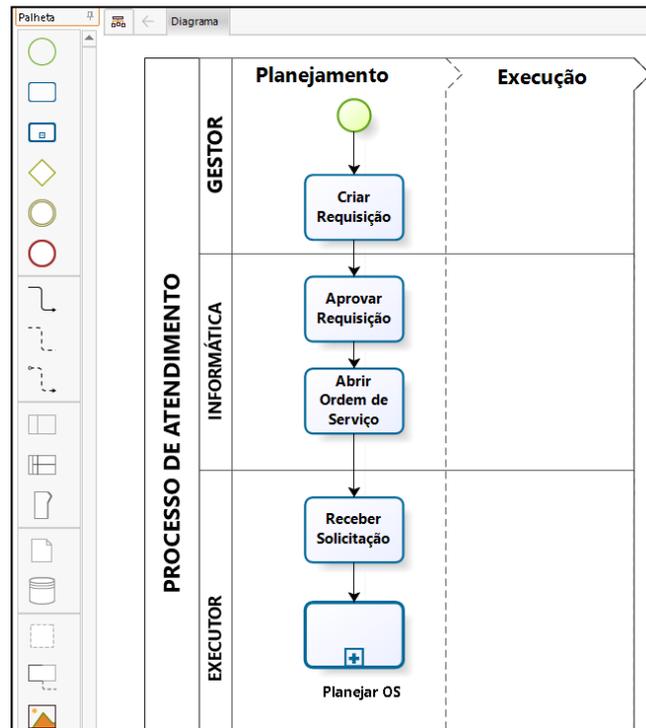


Figura 8 – Modelagem no BizAgi

**QUESTÃO 12** – A Figura 8 exibe a janela principal do BizAgi Modeler, na qual se encontra sendo realizada uma modelagem de processo. Nessa Figura, é possível visualizar:

- I. Um pool e três lanes.
- II. Duas milestones.
- III. Quatro tarefas e um subprocesso.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 13** – Existe um tipo de acordo que é estabelecido entre o Provedor de Serviços de Tecnologia da Informação (TI) e outra área da mesma organização ou então outro Provedor de Serviços de TI interno da organização. Por exemplo, pode-se estabelecer um acordo entre a equipe de desenvolvimento de software com a equipe de infraestrutura de banco de dados, para garantir o prazo de desenvolvimento de um sistema. No ITIL v3, tal acordo é chamado de:

- A) Acordo Interno (AI).
- B) Contrato de Apoio (CA).
- C) Acordo de Nível de Serviço (ANS).
- D) Acordo de Nível de Operacional (ANO).
- E) Contrato de Provedor de Serviços (CPS).

A questão 14 baseia-se na Figura 9, retirada do COBIT 5, que exibe os "Habilitadores Corporativos do COBIT 5".

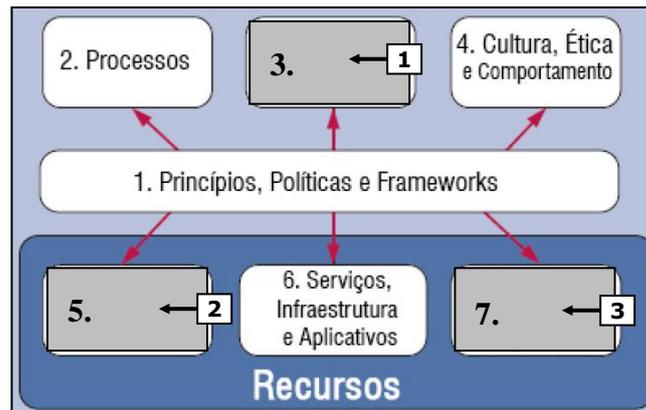


Figura 9 – Habilitadores Corporativos do COBIT 5

**QUESTÃO 14** – O 4º princípio básico do COBIT 5, para governança e gestão de Tecnologia da Informação (TI), é "Permitir uma Abordagem Holística", no qual são tratados os "Habilitadores". Nesse caso, pode-se afirmar que a seta nº:

- I. 1 aponta para o habilitador "3. Estruturas Organizacionais".
- II. 2 aponta para o habilitador "5. Informação".
- III. 3 aponta para o habilitador "7. Gestão Organizacional".

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

As questões 15 e 16 baseiam-se nas Figura 10(a), 10(b) e 10(c). Sobre a Figura 10(a), considere os seguintes aspectos: (1) ela mostra uma tabela na qual constam, intencionalmente, os requisitos de software de um novo projeto de desenvolvimento de software, que serão completamente levantados e analisados apenas nos dois primeiros meses de trabalho; (2) no primeiro mês, serão levantados e analisados os requisitos "Manter Aluno", "Manter Professor", "Manter Curso" e "Manter Disciplina"; (3) cada um dos "Manter", do primeiro mês, é composto unicamente pelas funcionalidades incluir, consultar, atualizar e excluir (CRUD). Por exemplo, "Manter Aluno" é composto, apenas, pelos processos elementares "Incluir Aluno", "Consultar Aluno", "Atualizar Aluno" e "Excluir Aluno". A Figura 10(b) exibe uma visão geral do "Processo Unificado Rational" (RUP), no qual se inseriu, em alguns lugares, retângulos para ocultar qualquer texto existente nesses locais. A Figura 10(c) mostra uma tabela utilizada para determinação da contribuição de Pontos de Função (PF) em contagens estimadas, segundo a NESMA (*NESMA Early FPA Counting*), na qual serão consideradas, apenas, as "Entradas Externas" (EE), "Consultas Externas" (CE) e "Saídas Externas" (SE).

| Requisitos de software a serem Levantados e Analisados |                     |
|--|---------------------|
| 1º Mês (Módulo 1)                                      | 2º Mês (Módulo 2)   |
| Manter Aluno   | Manter Nota         |
| Manter Professor                                       | Manter Frequência   |
| Manter Curso   | Manter coordenador  |
| Manter Disciplina                                      | Revisar lançamentos |

Figura 10(a) – Requisitos de software

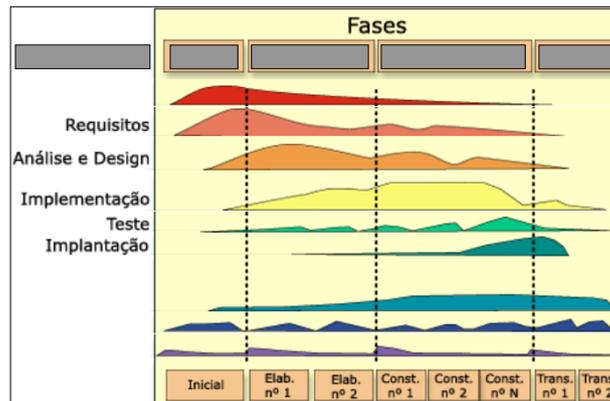


Figura 10(b) – Visão geral do RUP

| Tipo de Função | Média de PF | Complexidade |       |       |
|----------------|-------------|--------------|-------|-------|
|                |             | Alta         | Média | Baixa |
| EE             | 4,3         | 6            | 4     | 3     |
| SE             | 5,4         | 7            | 5     | 4     |
| CE             | 3,8         | 6            | 4     | 3     |

Figura 10(c) – Tabela para determinação da contribuição de PF

**QUESTÃO 15** – Após observar as Figuras 10(a) e 10(b), e ler o texto introdutório dessa questão, pode-se afirmar que:

- I. Na metodologia de desenvolvimento de software RUP, os módulos nº 1 e 2, mostrados na Figura 10(a), são exemplo de iterações.
- II. No RUP, o escopo do software é estabelecido na fase chamada de "Iniciação".
- III. "Manter Aluno", "Manter Professor" e "Manter Curso", no RUP, são exemplos de requisitos funcionais do sistema, chamados de casos de uso.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 16** – Sabe-se que em todos os processos elementares de "CONSULTA", dos "CRUD's" do primeiro mês, haverá contabilização, devendo ser apresentado, no rodapé de cada página do relatório gerado, o número da página atual e o seu total, por exemplo, 1/5 (página 1 de 5). Nesse caso, considerando apenas as funções do tipo transação, a contagem estimada de Pontos de Função, do Módulo 1, segundo a NESMA, será um número:

- A) Menor ou igual a 40.
- B) Maior que 40 e menor ou igual a 50.
- C) Maior que 50 e menor ou igual a 60.
- D) Maior que 60 e menor ou igual a 70.
- E) Maior que 70.

A questão 17 baseia-se na Figura 11, que exibe a imagem de um gráfico elaborado no *framework* Scrum, sobre o qual, considere os seguintes aspectos: (1) o eixo horizontal mostra, da esquerda para a direita, os dias de uma *Sprint*; (2) o eixo vertical exibe, de cima para baixo, em porcentagem, a quantidade de trabalho que ainda precisa ser feita; e (3) a linha tracejada exibe o esforço estimado, enquanto a linha contínua mostra o esforço atual.

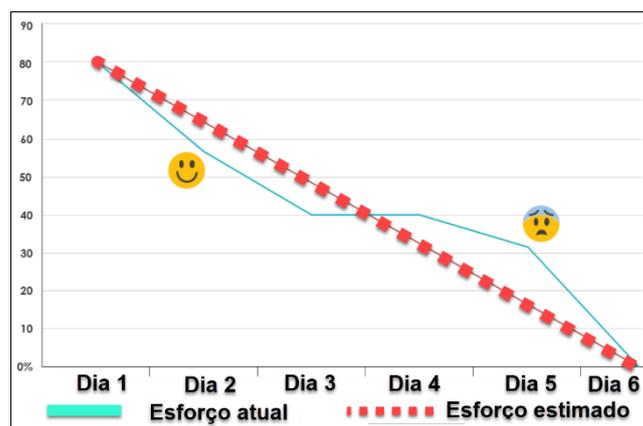


Figura 11 – Gráfico do Scrum

**QUESTÃO 17** – No *framework* "Scrum", a equipe pode monitorar seu progresso ao final de cada Sprint por meio do gráfico mostrado na Figura 17, o qual é chamado de:

- A) *Sprint Planning Meeting*.
- B) *Release Burndown Chart*.
- C) *Release Planning Meeting*.
- D) *Sprint Retrospective Chart*.
- E) *Sprint Review Meeting Chart*.

**QUESTÃO 18** – No framework "Scrum", elabora-se uma lista ordenada de tudo que é conhecido ser necessário no produto. Sobre essa lista, considere, ainda, as seguintes características: (1) ela é a única origem dos requisitos para qualquer mudança a ser feita no produto; (2) essa lista é dinâmica, mudando constantemente para identificar o que o produto necessita para ser mais apropriado, competitivo e útil; (3) ela evolui tanto quanto o produto e o ambiente no qual ele será utilizado; (4) nessa lista, constam todas as características, funções, requisitos, melhorias e correções que formam as mudanças que devem ser feitas no produto nas futuras versões. Nesse caso, pode-se afirmar que tal lista é chamada de:

- A) Incremento.
- B) *Sprint Backlog*.
- C) *Backlog Planning*.
- D) *Product Backlog*.
- E) Definição de Pronto.

**A questão 19 baseia-se na Figura 12, que exhibe a tela de entrada de dados do software Sistema de Atendimento Agendado (SAA), do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível no endereço <<<http://saaweb.mte.gov.br/inter/saa/pages/agendamento/main.seam>>>.**



SAA - Sistema de Atendimento Agendado

Agendar Atendimento

Informações do Agendamento

Estado:  ✓

Município:  ✓

Tipo de Atendimento:  ✓

 699 clique aqui para obter uma nova imagem.

Código de Segurança:  ✓

**Figura 12 – Tela de entrada de dados**

**QUESTÃO 19** – Sabe-se que a equipe responsável pelo desenvolvimento da funcionalidade Agendar Atendimento, do software Sistema de Atendimento Agendado (SAA), realizou testes intensivos, com o objetivo de entregar tal funcionalidade estável e sem erros. A equipe de testes, antes de iniciar suas atividades, estudou os artefatos elaborados no projeto, tais como documento visão, diagramas e especificações de casos de uso, histórias de usuário, casos de teste, regras de negócio, modelo de dados, lista de mensagens, tipos de dados e valores válidos de entrada e saída, dentre outros. Os testadores realizaram muitas simulações, inserindo, na tela de entrada de dados, dados certos e errados, de modo a observar o comportamento do software e as correspondentes saídas de dados. Não cabia a essa equipe realizar testes na arquitetura do software e nem a validação de algoritmos, linguagem de programação ou quaisquer outras estruturas de dados, dessa funcionalidade. Nesse caso, pode-se afirmar que a equipe realizou o seguinte tipo de testes de software:

- A) Teste unitário.
- B) Teste de stress.
- C) Teste de regressão.
- D) Teste de caixa preta.
- E) Teste de caixa branca.

**QUESTÃO 20** – No framework CMMI-Dev v2.0, existe a *Practice Area* (Área de Atuação ou Área de Processo) chamada Verificação e Validação, que se refere à seguinte(a) *Category* (Categoria):

- A) Fazendo
- B) Possibilitando.
- C) Garantindo a Qualidade.
- D) Suportando a Implementação.
- E) Engenharia e Desenvolvimento de Produtos.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**QUESTÃO 21** – Sobre o conceito de tributo e as espécies tributárias, assinale a alternativa correta.

- A) Multas tributárias se enquadram no conceito de tributo, previsto no Art. 3º do CTN.
- B) O CTN, em seu Art. 5º, adotou a classificação tripartida dos tributos, dividindo-os em impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- C) A contribuição de melhoria pode ser cobrada para custear obras ou serviços públicos.
- D) Os emolumentos cobrados pelos tabeliães e registradores não têm natureza tributária.
- E) As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização de bem ou de serviço público específico e divisível.

**QUESTÃO 22** – Assinale a alternativa correta quanto à legislação tributária.

- A) As medidas provisórias não têm o condão de instituir ou majorar tributos.
- B) A jurisprudência do STF reconhece a superioridade hierárquica das leis complementares frente às leis ordinárias, independentemente da matéria por elas regulada.
- C) Segundo o CTN, os tratados internacionais devem ser observados pelas leis supervenientes.
- D) O princípio da legalidade tributária pode ser regulado por lei ordinária, dada a inexistência de reserva de lei complementar sobre tal matéria.
- E) À luz da definição adotada pelo CTN, as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas não integram a legislação tributária.

**QUESTÃO 23** – Assinale a alternativa correta quanto à legislação tributária.

- A) Segundo o CTN, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando seja expressamente interpretativa, sem prejuízo da aplicação de penalidades à infração dos dispositivos interpretados.
- B) Caso, durante a tramitação do processo administrativo, entre em vigor lei reduzindo o percentual de multa que foi aplicada ao contribuinte, ele terá direito à redução de tal penalidade pecuniária.
- C) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, mas não àqueles cuja ocorrência, embora tenha se iniciado, ainda não tenha se concluído.
- D) Segundo o CTN, a observância dos atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas exclui a cobrança de eventuais diferenças relativas à obrigação principal, bem como a imposição de penalidades.
- E) Decretos podem estabelecer hipóteses de redução de penalidades tributárias.

**QUESTÃO 24** – Assinale a alternativa correta quanto à interpretação e à integração da legislação tributária.

- A) Não se admite o emprego da analogia para se colmatar lacunas da legislação tributária.
- B) O emprego da equidade pode resultar na dispensa do pagamento de tributo previsto em lei.
- C) O legislador tributário tem autonomia para alterar o conteúdo de conceitos de direito privado, mesmo que utilizados pela Constituição da República para definir competências tributárias.
- D) Segundo preceitua o CTN, a legislação tributária que disponha sobre a outorga de isenções deve ser interpretada literalmente.
- E) Em caso de dúvida quanto à capitulação legal de infrações tributárias, a autoridade lançadora deve adotar uma interpretação *pro fisco*, aplicando a sanção mais gravosa ao contribuinte.

**QUESTÃO 25** – Assinale a alternativa INCORRETA quanto à solidariedade tributária.

- A) Os coproprietários de imóveis respondem solidariamente pelos débitos do IPTU.
- B) Salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados solidários aproveita aos demais.
- C) Segundo a jurisprudência do STF, a lei ordinária pode estabelecer hipótese geral de responsabilidade tributária dos sócios pelos débitos da empresa.
- D) A solidariedade não comporta benefício de ordem.
- E) A interrupção da prescrição contra um dos obrigados prejudica aos demais.

**QUESTÃO 26** – Sobre sujeição passiva tributária, assinale a alternativa correta.

- A) A atribuição, por lei, de responsabilidade tributária à terceira pessoa prescinde da sua vinculação ao fato gerador da respectiva obrigação.
- B) A definição de responsável, consagrada pelo CTN, abrange a categoria do substituto tributário.
- C) Sujeito passivo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- D) A capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída.
- E) Disposição contratual que atribua ao locatário a obrigação de pagar o IPTU é oponível à Fazenda Pública.

**QUESTÃO 27** – Assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade dos sucessores.

- A) Os sucessores não respondem por créditos tributários constituídos posteriormente ao ato que ensejou a sucessão, mesmo que relativos a obrigações tributárias pretéritas a tal ato.
- B) No caso de arrematação de imóvel em hasta pública, o arrematante responderá pelo IPTU não pago, salvo se previsão diversa constar do edital.
- C) A aquisição de filial, no âmbito de processo de recuperação judicial, implica, em regra, a responsabilização tributária do adquirente, na qualidade de sucessor.
- D) Segundo a jurisprudência predominante, a responsabilização pela aquisição de estabelecimento pressupõe a existência de negócio jurídico formal.
- E) Se, após a extinção de certa empresa, sócio da pessoa jurídica extinta continuar a explorar a respectiva atividade sob outra razão social, ele responderá pelos débitos tributários inadimplidos.

**QUESTÃO 28** – Assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade de terceiros.

- A) Segundo a jurisprudência do STJ, a dissolução irregular da empresa, caracterizada pelo encerramento informal das suas atividades sem o recolhimento dos tributos devidos, implica a responsabilidade tributária dos sócios-gerentes.
- B) A solicitação de baixa formal de pessoa jurídica com débitos tributários não importa a responsabilidade solidária dos sócios.
- C) Segundo a dicção do CTN, a responsabilidade dos sócios, em razão da liquidação da sociedade de pessoas, abrange as multas decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias.
- D) A decretação de falência legitima o redirecionamento da execução fiscal para os sócios-gerentes.
- E) O inadimplemento do ISS enseja, por si só, a responsabilização dos sócios-gerentes.

**QUESTÃO 29** – Assinale a alternativa correta quanto à substituição tributária.

- A) Na substituição tributária “para frente”, o substituído não tem direito à compensação ou à restituição da diferença, mesmo que a base de cálculo efetiva da operação seja inferior à presumida.
- B) A substituição tributária “para trás” é aquela em que sujeito passivo responde por obrigação tributária que caberia à pessoa situada em etapa antecedente da cadeia econômica.
- C) O STF reputa inconstitucional a substituição tributária progressiva, por caracterizar tributação antecipada de operação meramente presumida.
- D) O termo “substituto” costuma ser utilizado para designar o responsável tributário por sucessão.
- E) Inexiste autorização constitucional específica para a adoção da substituição tributária para frente.

**QUESTÃO 30** – Assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade por infrações.

- A) Pressupõe a demonstração, pelo Fisco, da intenção do agente ou do responsável.
- B) É pessoal a responsabilidade do administrador de bens de terceiros por infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico daquele contra estes.
- C) Caso o contribuinte espontaneamente confesse, em dado momento, a infração cometida e posteriormente recolha o tributo devido e os juros de mora, restará afastada a responsabilidade pelas infrações cometidas.
- D) A confissão da dívida, acompanhada do pagamento da primeira parcela do parcelamento, afasta a responsabilidade pelas infrações cometidas.
- E) A denúncia espontânea não afasta a multa moratória.

**QUESTÃO 31** – Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao lançamento tributário.

- A) Tributo sujeito a lançamento por homologação, regularmente declarado, mas não pago pelo contribuinte, deve ser objeto de lançamento de ofício para que se viabilize a ulterior inscrição em dívida ativa.
- B) Segundo o CTN, compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, sendo que a obrigação tributária surge anteriormente, com a mera ocorrência do fato gerador.
- C) A modificação nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento não pode ser aplicada a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido anteriormente à sua introdução.
- D) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado por iniciativa de ofício da autoridade administrativa, quando se comprove omissão, pela autoridade lançadora, de ato ou formalidade especial.
- E) Em se tratando de lançamento realizado com base na declaração do contribuinte, a retificação da declaração por sua própria iniciativa, que implique redução ou exclusão de obrigação tributária objeto do lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo, pressupõe a comprovação do erro.

**QUESTÃO 32** – Assinale a alternativa INCORRETA quanto à suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- A) O crédito tributário não é suspenso pelo depósito do valor que o contribuinte entende devido, senão pela integralidade do valor exigido pelo Fisco.
- B) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das correlatas obrigações acessórias.
- C) Os recursos administrativos suspendem a exigibilidade do crédito tributário, nos termos das leis reguladoras do respectivo processo administrativo.
- D) O caucionamento do crédito tributário, com vistas à expedição de certidão positiva com efeitos de negativa, implica a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- E) A penhora de bens, no âmbito do processo de execução fiscal, não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

**QUESTÃO 33** – Assinale a alternativa INCORRETA quanto à decadência e à prescrição em matéria tributária.

- A) Se o contribuinte declarou e recolheu apenas parcela do ISS efetivamente devido, o prazo para a Administração Tributária efetuar o lançamento de ofício da diferença conta-se do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- B) O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo para a ação de repetição do indébito.
- C) O parcelamento interrompe o prazo para a cobrança do crédito tributário.
- D) O prazo decadencial pode ser interrompido mediante a anulação, por vício formal, do lançamento anteriormente efetuado.
- E) É de dois anos o prazo prescricional para se ingressar com a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributo.

**QUESTÃO 34** – Assinale a assertiva correta quanto às garantias e privilégios do crédito tributário.

- A) O crédito tributário prefere ao crédito decorrente da legislação do acidente de trabalho.
- B) A presunção de fraude na alienação ou na oneração de bens imóveis pressupõe que o crédito tributário tenha sido previamente averbado no Registro de Imóveis, de modo a se tutelar terceiros de boa-fé.
- C) Na falência, o crédito trabalhista prefere ao crédito tributário independentemente do seu valor.
- D) A existência de débitos parcelados impede a concessão de recuperação judicial.
- E) Na falência, o crédito tributário não prefere aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.

**QUESTÃO 35** – Assinale a alternativa INCORRETA quanto à administração tributária.

- A) Os comprovantes de lançamentos efetuados nos livros obrigatórios de escrituração fiscal devem ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações correlatas.
- B) Segundo entendimento do STF, estão sujeitos à fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.
- C) Aplicam-se, à fiscalização tributária, as disposições legais que excluem ou limitam o direito de examinar mercadorias, livros, arquivos e documentos.
- D) Segundo a jurisprudência do STF, os fiscais de tributos não podem ingressar nas empresas se houver recusa dos seus representantes, sendo que, em tal hipótese, deve-se solicitar autorização judicial para a requisição de força policial, sob pena de se ensejar o reconhecimento da ilicitude das provas obtidas.
- E) A Administração Tributária pode requisitar informações bancárias diretamente às instituições financeiras, sem prévia autorização judicial.

**QUESTÃO 36** – Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao Simples Nacional.

- A) No caso de início de atividade, o limite para a opção pelo Simples Nacional será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.
- B) A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder em até 25% o limite de receita bruta anual será excluída do regime especial de tributação no ano-calendário subsequente à ocorrência do excesso.
- C) Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na LC nº 123/2006, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- D) Sociedades por ações não podem optar pelo Simples Nacional.
- E) Podem optar pelo Simples Nacional pessoas jurídicas de cujo capital participe pessoa física que seja sócia de outra empresa optante do Simples Nacional, salvo quando a receita bruta global ultrapassar o limite legal.

**QUESTÃO 37** – Assinale a alternativa correta quanto ao Simples Nacional.

- A) Não podem optar pelo Simples Nacional empresas com receita bruta superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
- B) No Simples Nacional, o valor a pagar é calculado mediante a aplicação direta das alíquotas, previstas nos anexos da LC nº 123/2006, sobre a receita bruta auferida no mês.
- C) Devem ser segregadas, para se apurar o valor devido, as receitas sobre as quais houve retenção de ISS ou em que o ISS seja devido em valor fixo, ou seja, objeto de isenção na forma prevista na LC nº 123/2006.
- D) Sociedades de advogados não podem optar pelo Simples Nacional.
- E) As alíquotas do Simples Nacional são definidas com base na receita bruta apurada pelo regime de caixa.

**QUESTÃO 38** – Assinale a alternativa INCORRETA quanto às limitações ao poder de tributar.

- A) As taxas e as contribuições de melhoria sujeitam-se ao princípio da legalidade tributária.
- B) As obrigações acessórias não estão sujeitas à reserva de lei, podendo ser instituídas por atos infra legais.
- C) Havendo autorização legal, os Municípios podem, mediante decreto, atualizar as plantas de valores venais para fins de cobrança do IPTU, contanto que a atualização não extrapole a variação do índice oficial de correção monetária.
- D) A lei que fixar a base de cálculo do IPTU deve observar a anterioridade nonagesimal e anual.
- E) Apesar de proibir que a União estabeleça isenções de tributos municipais, a Constituição da República autoriza que lei complementar, editada pelo Congresso Nacional, isente, frente ao ISS, exportações de serviços para o exterior.

**QUESTÃO 39** – Assinale a alternativa correta quanto às limitações ao poder de tributar.

- A) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) goza, segundo a jurisprudência do STF, de imunidade frente ao ISS, inclusive quanto aos serviços em que não atua em regime de monopólio, senão concorre com empresas privadas.
- B) Os Municípios podem estabelecer alíquotas mais gravosas para os serviços prestados por empresas sediadas em outros Municípios.
- C) A imunidade dos templos de qualquer culto não se estende aos cemitérios que caracterizem extensões de entidades religiosas.
- D) A União carece de competência para tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Municípios.
- E) A imunidade das entidades de educação, sem fins lucrativos, não alcança os imóveis que estejam alugados a terceiros, sequer quando o valor dos aluguéis é aplicado para custear as suas atividades típicas.

**QUESTÃO 40** – Assinale a alternativa correta quanto à repartição das receitas tributárias.

- A) A União pode condicionar a entrega de receitas tributárias atribuídas constitucionalmente aos Municípios ao pagamento de contribuições devidas, por estes, ao regime geral de previdência social.
- B) Pertence aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- C) Caso o Município opte, nos termos da lei, pela fiscalização e cobrança do ITR, terá direito a cinquenta por cento do produto da sua arrecadação.
- D) Pertence à União o produto da arrecadação do imposto de renda incidente sobre os rendimentos pagos pelas fundações públicas municipais aos servidores destas.
- E) Pertence aos Municípios quinze por cento do produto da arrecadação do ICMS.

#### CONTABILIDADE

**QUESTÃO 41** – Determine o valor adicionado a distribuir de uma sociedade empresária que adquiriu mercadorias para revenda por R\$ 15.000,00, incluído neste valor o ICMS de R\$ 8.000,00, que, no mesmo período, revendeu toda a mercadoria adquirida por R\$ 29.000,00, incluído neste valor o ICMS de R\$ 7.200,00, e ainda registrou despesas com vendas de R\$ 4.000,00 e depreciação de equipamentos de R\$ 800,00.

- A) R\$ 9.200,00.
- B) R\$ 10.000,00.
- C) R\$ 10.800,00.
- D) R\$ 14.000,00.
- E) R\$ 18.000,00.

**QUESTÃO 42** – Em uma operação de empréstimo que uma empresa firmou em 10 de janeiro de 2019, o valor contratado foi de R\$ 80.000,00, com prazo de pagamento de 8 meses. Foi descontado, no ato da liberação, o valor de R\$ 9.200,00, a título de juros relativos ao contrato de empréstimo. Qual será o registro contábil dessa transação no momento da concessão do empréstimo?

- |            |                                  |               |
|------------|----------------------------------|---------------|
| A) DÉBITO  | Bancos Conta Movimento – Ativo   | R\$ 70.800,00 |
| CRÉDITO    | Juros a Apropriar – Passivo      | R\$ 9.200,00  |
| CRÉDITO    | Empréstimos a Pagar – Passivo    | R\$ 80.000,00 |
| B) CRÉDITO | Bancos Conta Movimento – Ativo   | R\$ 70.800,00 |
| DÉBITO     | Despesas Financeiras – Resultado | R\$ 9.200,00  |
| DÉBITO     | Empréstimos a Pagar – Passivo    | R\$ 80.000,00 |
| C) DÉBITO  | Bancos Conta Movimento – Ativo   | R\$ 70.800,00 |
| DÉBITO     | Juros a Apropriar – Passivo      | R\$ 9.200,00  |
| CRÉDITO    | Empréstimos a Pagar – Passivo    | R\$ 80.000,00 |
| D) DÉBITO  | Bancos Conta Movimento – Ativo   | R\$ 80.000,00 |
| CRÉDITO    | Despesas Financeiras – Resultado | R\$ 9.200,00  |
| CRÉDITO    | Empréstimos a Pagar – Passivo    | R\$ 70.800,00 |
| E) DÉBITO  | Bancos Conta Movimento – Ativo   | R\$ 70.800,00 |
| DÉBITO     | Despesas Financeiras – Resultado | R\$ 9.200,00  |
| CRÉDITO    | Empréstimos a Pagar – Passivo    | R\$ 80.000,00 |

**QUESTÃO 43** – Analise as seguintes informações sobre uma sociedade que tenha sido constituída em 10 de agosto de 2019, por três sócios:

- No contrato social foi, estabelecido que cada sócio integralizará R\$ 200.000,00 até o final de 2019.
- No dia 15 de setembro de 2019, cada sócio integralizou R\$ 100.000,00.
- O sócio A integralizou a sua parcela de capital em dinheiro, por meio de depósito, diretamente na conta bancária da empresa.
- O sócio B integralizou a sua parcela com uma sala comercial.
- O sócio C integralizou a sua parcela com mercadorias para revenda.

Assinale a opção que apresenta os lançamentos para contabilização destes fatos.

|    |         |                               |                |
|----|---------|-------------------------------|----------------|
| A) | CRÉDITO | Capital Social a Integralizar | R\$ 600.000,00 |
|    | DÉBITO  | Capital Social                | R\$ 300.000,00 |
|    | DÉBITO  | Bancos                        | R\$ 100.000,00 |
|    | DÉBITO  | Ativo Imobilizado             | R\$ 100.000,00 |
|    | DÉBITO  | Mercadorias                   | R\$ 100.000,00 |
| B) | DÉBITO  | Capital Social                | R\$ 300.000,00 |
|    | CRÉDITO | Caixa                         | R\$ 100.000,00 |
|    | CRÉDITO | Ativo Imobilizado             | R\$ 100.000,00 |
|    | CRÉDITO | Mercadorias para Revenda      | R\$ 100.000,00 |
| C) | DÉBITO  | Bancos conta Movimento        | R\$ 100.000,00 |
|    | CRÉDITO | Capital Social                | R\$ 100.000,00 |
|    | DÉBITO  | Ativo Imobilizado             | R\$ 100.000,00 |
|    | DÉBITO  | Mercadorias para Revenda      | R\$ 100.000,00 |
|    | CRÉDITO | Capital Social                | R\$ 200.000,00 |
| D) | DÉBITO  | Capital Social                | R\$ 600.000,00 |
|    | CRÉDITO | Capital a Integralizar        | R\$ 300.000,00 |
|    | CRÉDITO | Caixa                         | R\$ 100.000,00 |
|    | CRÉDITO | Ativo Imobilizado             | R\$ 100.000,00 |
|    | CRÉDITO | Mercadorias para Revenda      | R\$ 100.000,00 |
| E) | DÉBITO  | Capital a Integralizar        | R\$ 600.000,00 |
|    | CRÉDITO | Capital Subscrito Sócio A     | R\$ 200.000,00 |
|    | CRÉDITO | Capital Subscrito Sócio B     | R\$ 200.000,00 |
|    | CRÉDITO | Capital Subscrito Sócio B     | R\$ 200.000,00 |
|    | DÉBITO  | Bancos conta Movimento        | R\$ 100.000,00 |
|    | CRÉDITO | Capital a Integralizar        | R\$ 100.000,00 |
|    | DÉBITO  | Ativo Imobilizado             | R\$ 100.000,00 |
|    | DÉBITO  | Mercadorias para Revenda      | R\$ 100.000,00 |
|    | CRÉDITO | Capital a Integralizar        | R\$ 200.000,00 |

**QUESTÃO 44** – Analise os dados da folha de pagamento do mês de setembro de 2019 da empresa SATURNO S/A:

| Descrições                             | Valores      | Alíquotas |
|--|--------------|-----------|
| Salário-base do mês                    | R\$21.500,00 |           |
| INSS – parte da empresa                |              | 20%       |
| INSS – parte empregados                | R\$ 1.935,00 |           |
| FGTS                                   | R\$ 120,00   | 8%        |
| Vale-transporte – parte dos empregados | R\$ 1.290,00 |           |

Sabendo que não havia saldo remanescente dos períodos anteriores e que a empresa paga os salários no quinto dia útil do mês seguinte, com base nos dados apresentados, após os lançamentos contábeis pertinentes, o saldo líquido da conta Salários a Pagar, em 30 de setembro de 2019, será de:

- A) R\$ 18.275,00.
- B) R\$ 18.395,00.
- C) R\$ 19.565,00.
- D) R\$ 20.210,00.
- E) R\$ 21.670,00.

**QUESTÃO 45** – De acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, são rubricas que devem ser apresentadas na Demonstração do Resultado, por exigência da legislação societária brasileira, EXCETO:

- A) Lucro bruto.
- B) Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais.
- C) Resultado antes das receitas e despesas financeiras.
- D) Resultado antes dos tributos sobre o lucro.
- E) Tributos sobre o lucro.

**QUESTÃO 46** – Para o encerramento do exercício de 2018, uma sociedade empresária apresentou o quadro abaixo, construído a partir da identificação de diversas obrigações presentes decorrentes de eventos passados, cujas probabilidades de saída de recurso foram classificadas como prováveis ou possíveis.

| Natureza da Obrigação                 | Saída de Recurso | Mensuração                             | Estimativa     | Provisão       |
|---------------------------------------|------------------|--|----------------|----------------|
| Danos ambientais                      | Provável         | Estimativas confiáveis                 | R\$ 75.000,00  | R\$ 75.000,00  |
| Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis | Provável         | Estimativas confiáveis                 | R\$ 500.000,00 | R\$ 500.000,00 |
| Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis | Provável         | Estimativas confiáveis                 | R\$ 280.000,00 | R\$ 280.000,00 |
| Garantias                             | Possível         | Estimativas confiáveis                 | R\$ 99.000,00  |                |
| Riscos fiscais, trabalhistas e cíveis | Provável         | Inexistência de estimativas confiáveis | R\$ 40.000,00  |                |
| Danos ambientais                      | Provável         | Estimativas confiáveis                 | R\$ 120.000,00 | R\$ 120.000,00 |

De acordo com a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor de provisões a ser constituído e apresentado no Balanço Patrimonial será de:

- A) R\$ 780.000,00.
- B) R\$ 879.000,00.
- C) R\$ 975.000,00.
- D) R\$ 1.015.000,00.
- E) R\$ 1.114.000,00.

**QUESTÃO 47** – Ao encerrar o mês de outubro de 2019, uma sociedade empresária apresentou o seguinte balancete de verificação:

| CONTAS                                  | SALDOS                |                       |
|---|-----------------------|-----------------------|
|   | DEVEDORES             | CREDORES              |
| Reservas de Lucros                      |                       | R\$ 19.900,00         |
| Receitas Financeiras                    |                       | R\$ 2.660,00          |
| Receita Bruta com Vendas de Mercadorias |                       | R\$ 200.000,00        |
| Moveis e Utensílios                     | R\$ 144.000,00        |                       |
| Juros a Transcorrer de Longo Prazo      | R\$ 19.800,00         |                       |
| ICMS Sobre Vendas                       | R\$ 36.000,00         |                       |
| Fornecedores                            |                       | R\$ 22.200,00         |
| Estoques de Mercadorias                 | R\$ 27.400,00         |                       |
| Empréstimos de Longo Prazo              |                       | R\$ 56.000,00         |
| Duplicatas a Receber                    | R\$ 34.200,00         |                       |
| Devolução de Vendas                     | R\$ 990,00            |                       |
| Despesas Financeiras                    | R\$ 1.234,00          |                       |
| Despesas com Vendas                     | R\$ 2.300,00          |                       |
| Despesas com Salários                   | R\$ 13.240,00         |                       |
| Despesas com Depreciação                | R\$ 4.300,00          |                       |
| Despesas com Aluguéis                   | R\$ 1.800,00          |                       |
| Depreciações Acumuladas                 |                       | R\$ 24.500,00         |
| Custo das Mercadorias Vendidas          | R\$ 5.200,00          |                       |
| Capital Social                          |                       | R\$ 90.000,00         |
| Caixa                                   | R\$ 12.000,00         |                       |
| Bancos Conta Movimento                  | R\$ 27.340,00         |                       |
| Bancos Conta Aplicação                  | R\$ 85.456,00         |                       |
| <b>TOTAL</b>                            | <b>R\$ 415.260,00</b> | <b>R\$ 415.260,00</b> |

Com base nos dados apresentados no balancete acima, sem considerar a incidência de tributos sobre o lucro e demais incidências tributárias, o valor do lucro líquido é:

- A) R\$ 137.596,00.
- B) R\$ 137.956,00.
- C) R\$ 138.856,00.
- D) R\$ 139.820,00.
- E) R\$ 141.620,00.

**QUESTÃO 48** – No primeiro dia do ano de 2017, uma empresa adquiriu um ativo, que foi registrado contabilmente por R\$ 235.000,00, com uma vida útil estimada em oito anos. Espera-se que o ativo, ao final da sua vida útil na empresa, possa ser vendido por R\$ 70.000,00. Utilizou-se o método linear para cálculo da depreciação. Supondo que não houve modificação na vida útil estimada nem no valor residual, ao final do ano de 2018, o valor contábil do ativo líquido será de:

- A) R\$ 176.250,00.
- B) R\$ 191.250,00.
- C) R\$ 193.750,00.
- D) R\$ 196.250,00.
- E) R\$ 196.750,00.

**QUESTÃO 49** – De acordo com NBC TG-Estrutura Conceitual, ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para sua essência subjacente e realidade econômica e não apenas para sua forma legal. Se no caso de um arrendamento mercantil financeiro, a essência subjacente e a realidade econômica forem de que o arrendatário adquire os benefícios econômicos do uso do ativo arrendado pela maior parte da sua vida útil, em contraprestação de aceitar a obrigação de pagar por esse direito, valor próximo do valor justo do ativo e o respectivo encargo financeiro, esta operação dará origem a itens que satisfazem a definição de:

- A) Ativos a serem reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário.
- B) Passivos a serem reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário.
- C) Ativo e Passivo a serem reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário.
- D) Passivo e despesas a serem reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário.
- E) Ativo e Passivo a serem reconhecidos no balanço patrimonial do arrendador.

**QUESTÃO 50** – No Balanço Patrimonial do ano de 2018, a empresa Jupiter apresentou em seu Passivo Circulante o valor de R\$ 700.000,00 a título de Dividendos Propostos. No mesmo exercício, o Lucro apurado foi de R\$ 2.800.000,00. Sabe-se que a empresa Marte participa do capital da empresa Jupiter com um percentual de 20% e que apresenta no Ativo Não Circulante essa participação, classificada como Investimento avaliado pelo método de custo, por ser a forma adequada de classificação.

O registro contábil desta mutação patrimonial na investidora Marte, será:

|            |                                    |                |
|------------|------------------------------------|----------------|
| A) CRÉDITO | DIVIDENDOS A PAGAR                 | R\$ 140.000,00 |
| DÉBITO     | DESPESAS COM DIVIDENDOS            | R\$ 140.000,00 |
| B) DÉBITO  | DIVIDENDOS A RECEBER               | R\$ 140.000,00 |
| CRÉDITO    | RECEITAS DE DIVIDENDOS             | R\$ 140.000,00 |
| C) DÉBITO  | DIVIDENDOS A RECEBER               | R\$ 140.000,00 |
| DÉBITO     | INVESTIMENTOS                      | R\$ 400.000,00 |
| CRÉDITO    | GANHO COM EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL | R\$ 540.000,00 |
| D) DÉBITO  | DIVIDENDOS A RECEBER               | R\$ 140.000,00 |
| CRÉDITO    | INVESTIMENTOS                      | R\$ 140.000,00 |
| E) DÉBITO  | DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER     | R\$ 140.000,00 |
| DÉBITO     | INVESTIMENTO                       | R\$ 300.000,00 |
| CRÉDITO    | GANHO POR EQUIVALÊNCIA PATRIMÔNIAL | R\$ 440.000,00 |

**QUESTÃO 51** – Na data de 01 de dezembro de 2019, foi constituída a sociedade empresária PRIMAVERA, com capital de R\$ 500.000,00, totalmente integralizado em moeda corrente nesta data, por meio de depósito em conta corrente. Nos meses seguintes, foram realizadas as seguintes operações:

| Data       | Transação   | Valor         |
|------------|---|---------------|
| 10/12/2019 | Compra de terreno à vista, para investimento  | R\$ 80.000,00 |
| 15/12/2019 | Aquisição de mercadoria para revenda com prazo de pagamento de 45 dias                  | R\$ 70.000,00 |
| 18/12/2019 | Venda de 40% das mercadorias adquiridas, a prazo, com prazo para recebimento de 30 dias | R\$ 80.000,00 |
| 31/12/2019 | Compra de veículo à vista para utilização na atividade da empresa                       | R\$ 50.000,00 |

Sabendo que não há incidência de tributos e que não haverá distribuição de lucros após o registro das transações ocorridas, é correto afirmar, quanto aos saldos de 31/12/2019, que:

- A) O Ativo Circulante é de R\$ 492.000,00 e o Lucro do período foi de R\$ 52.000,00.  
 B) O Ativo Imobilizado é de R\$ 130.000,00 e o Lucro do período foi de R\$ 52.000,00.  
 C) O Ativo Imobilizado é de R\$ 50.000,00 e o Lucro do período foi de R\$ 42.000,00.  
 D) O Ativo Circulante é de R\$ 492.000,00 e o Lucro do período foi de R\$ 42.000,00.  
 E) O Patrimônio Líquido é de R\$ 502.000,00 e o Ativo Imobilizado é de R\$ 130.000,00.

**QUESTÃO 52** – Analise os dados abaixo para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma empresa:

|   | Saldo Anterior        | Débito                | Crédito               | Saldo Atual           |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa             | R\$ 45.000,00         | R\$ 180.000,00        | R\$ 160.000,00        | R\$ 65.000,00         |
| Duplicatas a Receber                      | R\$ 30.000,00         | R\$ 280.000,00        | R\$ 190.000,00        | R\$ 120.000,00        |
| Estoque                                   | R\$ 28.000,00         | R\$ 98.000,00         | R\$ 74.000,00         | R\$ 52.000,00         |
| Investimentos                             | R\$ 300.000,00        | R\$ 40.000,00         |                       | R\$ 340.000,00        |
| Imobilizado                               | R\$ 120.000,00        | R\$ 60.000,00         | R\$ 19.000,00         | R\$ 161.000,00        |
| <b>Total Ativo</b>                        | <b>R\$ 523.000,00</b> | <b>R\$ 658.000,00</b> | <b>R\$ 443.000,00</b> | <b>R\$ 738.000,00</b> |
|   |                       |                       |                       |                       |
| Salários e Encargos a Pagar               | R\$ 30.000,00         | R\$ 40.000,00         | R\$ 20.000,00         | R\$ 10.000,00         |
| Fornecedores                              | R\$ 20.000,00         | R\$ 85.000,00         | R\$ 70.000,00         | R\$ 5.000,00          |
| Distribuição de Lucros a Pagar            |                       |                       | R\$ 50.000,00         | R\$ 50.000,00         |
| Financiamentos a Longo Prazo              |                       |                       | R\$ 200.000,00        | R\$ 200.000,00        |
| Capital Social                            | R\$ 473.000,00        |                       |                       | R\$ 473.000,00        |
| Lucro do Exercício                        |                       |                       | R\$ 50.000,00         | R\$ 0,00              |
| <b>Total Passivo e Patrimônio Líquido</b> | <b>R\$ 523.000,00</b> | <b>R\$ 125.000,00</b> | <b>R\$ 340.000,00</b> | <b>R\$ 738.000,00</b> |

Sabendo que a variação em Duplicatas a Receber decorreu de vendas a prazo e recebimentos, que os investimentos são avaliados pelo método de custo, que a variação no imobilizado no período decorreu de aquisições e depreciação e que o financiamento foi contratado no último dia do período, é possível afirmar que o caixa consumido nas atividades operacionais, apurado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, elaborada pelo método indireto, é de:

- A) R\$ 20.000,00.  
 B) R\$ 72.000,00.  
 C) R\$ 80.000,00.  
 D) R\$ 90.000,00.  
 E) R\$ 100.000,00.

**QUESTÃO 53** – Os valores a seguir são os saldos iniciais das contas do Patrimônio Líquido da empresa Vênus, para o ano de 2018:

|                            |                |
|----------------------------|----------------|
| Capital Subscrito          | R\$ 300.000,00 |
| Capital Integralizado      | R\$ 220.000,00 |
| Reserva para Contingências | R\$ 9.000,00   |
| Reserva Legal              | R\$ 12.000,00  |

Sabendo que, durante o ano de 2018, houve a integralização de capital social no valor de R\$ 90.000,00 e que o lucro apurado no período foi de R\$ 90.000,00, calcule o valor do Patrimônio Líquido após as seguintes destinações do resultado:

- 5% para Reserva Legal.
- 6% para Reserva para Contingências.
- O restante para Dividendos a Pagar.

O valor total do Patrimônio Líquido, ao final do ano de 2018, é de:

- A) R\$ 200.900,00.
- B) R\$ 340.000,00.
- C) R\$ 340.900,00.
- D) R\$ 344.900,00.
- E) R\$ 420.900,00.

**QUESTÃO 54** – Fazem parte da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), de acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as informações para cada componente do patrimônio líquido, sobre a conciliação do saldo no início e no final do período, demonstrando-se separadamente, no mínimo, as mutações decorrentes:

- I. Do resultado líquido.
- II. De cada item dos outros resultados abrangentes.
- III. De transações com os proprietários, realizadas na condição de proprietário, demonstrando separadamente suas integralizações e as distribuições realizadas, bem como modificações nas participações em controladas que não implicaram perda do controle.
- IV. Da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I, II e III.
- E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 55** – Em relação ao conteúdo do Balanço Patrimonial, de acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NÃO deve ser classificado como Ativo Circulante aquele que:

- A) Se espera que seja realizado após o decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- B) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- C) Se espera que seja realizado até doze meses após a data do balanço.
- D) É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.
- E) Se pretende que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.

**QUESTÃO 56** – Analise a evolução dos seguintes índices de Endividamento, Liquidez e Imobilização de uma entidade nos anos de 2016 a 2018:

|                   | 2016 | 2017 | 2018 |
|-------------------|------|------|------|
| Endividamento     | 28%  | 66%  | 98%  |
| Imobilização      | 0,76 | 1,22 | 1,35 |
| Liquidez Geral    | 1,89 | 1,78 | 1,67 |
| Liquidez Corrente | 0,85 | 0,92 | 0,99 |

Com base nas informações abaixo, é INCORRETO afirmar que, ao longo do período de 2016 a 2018, ocorreu uma:

- A) Piora no índice de Imobilização.
- B) Melhora no índice de Liquidez Geral.
- C) Melhora no índice de Liquidez Corrente.
- D) Piora no índice de Endividamento.
- E) Piora no índice de Liquidez Geral.

**QUESTÃO 57** – Considerando o que dispõe a NBC – TG Estrutura Conceitual, a respeito da sua finalidade e status, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) Estrutura Conceitual não é uma norma propriamente dita e, portanto, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação.
- ( ) Nada na Estrutura Conceitual substitui qualquer norma, interpretação ou comunicado técnico.
- ( ) É finalidade da Estrutura Conceitual dar suporte aos órgãos reguladores nacionais.
- ( ) Não é finalidade da Estrutura Conceitual dar suporte ao desenvolvimento de novas normas, interpretações e comunicados técnicos e à revisão dos já existentes.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – F – V.
- B) F – F – V – V.
- C) V – V – F – F.
- D) V – V – V – F.
- E) V – V – V – V.

**QUESTÃO 58** – De acordo com as normas contábeis atualmente em vigor no Brasil, especificamente a ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, retificação de lançamento é o processo técnico de correção de registro realizado com erro na escrituração contábil da entidade e pode ser feito por meio de:

- I. Estorno.
- II. Ajuste.
- III. Transferência.
- IV. Complementação.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e IV.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 59** – De acordo com a Estrutura Conceitual, uma característica essencial para a existência de passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente. Assinale a alternativa que NÃO representa um meio pelo qual pode ocorrer a liquidação de uma obrigação presente.

- A) Pagamento em caixa.
- B) Decisão da administração de uma entidade para adquirir ativos no futuro.
- C) Prestação de serviços.
- D) Substituição da obrigação por outra.
- E) Conversão da obrigação em item do patrimônio líquido.

**QUESTÃO 60** – A mensuração é o processo que consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. Associe o método de mensuração dos ativos à sua denominação.

**Coluna 1**

1. Custo histórico.
2. Custo corrente.
3. Valor realizável.
4. Valor presente.

**Coluna 2**

- ( ) Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações.
- ( ) Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição.
- ( ) Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada.
- ( ) Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos, ou ativos equivalentes, fossem adquiridos na data do balanço.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 4 – 3 – 1 – 2.
- B) 3 – 4 – 1 – 2.
- C) 1 – 4 – 2 – 3.
- D) 4 – 1 – 3 – 2.
- E) 4 – 1 – 2 – 3.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**

**QUESTÃO 61** – A Lei Complementar Federal nº 116/2003 define que o fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) é a prestação de serviços constantes na lista anexa, ainda que esses não se constituam na atividade preponderante do prestador. Contudo, essa mesma lei apresenta os casos de não incidência. Nesse sentido, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, tendo por base que o imposto NÃO incide sobre:

- I. O valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- II. As exportações de serviços para o exterior do País, exceto quanto aos serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.
- III. Os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- IV. A prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.

- A) Todas estão corretas.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas I e II estão corretas.
- D) Apenas II e IV estão corretas.
- E) Apenas I, II e IV estão corretas.

**QUESTÃO 62** – Assinale a alternativa INCORRETA quanto à regra geral do ISSQN, sabendo que ele é devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas seguintes hipóteses, quando será devido no local:

- A) Do estabelecimento do tomador de mão de obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa.
- B) Do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado na hipótese de o município fixar alíquota superior a 5% (cinco por cento).
- C) Do domicílio do tomador dos serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23 e 5.09.
- D) Do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais serviços descritos no subitem 15.01, sendo que os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local de domicílio do tomador do serviço.
- E) Do município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este, no caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09.

**QUESTÃO 63** – A Lei Complementar Municipal nº 07/1973 prescreve que a existência de estabelecimento prestador, para fins do ISSQN, é indicada pela presença de um ou mais de alguns elementos. Dessa forma, analise as assertivas a abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Inscrição nos órgãos previdenciários.
  - II. Estrutura organizacional ou administrativa.
  - III. Indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos.
  - IV. Manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos serviços.
  - V. Permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada por meio de indicação de endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação de imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas telefônicas, de energia elétrica ou de água, em nome do prestador, seu representante ou preposto.
- A) Todas estão corretas.
  - B) Todas estão incorretas.
  - C) Apenas I, II, III e IV estão corretas.
  - D) Apenas I, III, IV e V estão corretas.
  - E) Apenas I, III e IV estão corretas.

**QUESTÃO 64** – Analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas, quanto a quem será solidariamente responsável com o contribuinte pelo recolhimento integral do ISSQN.

- ( ) O tomador de serviço que não revista a condição de pessoa jurídica, pelos serviços de vigilância, segurança ou monitoramento de bens, sempre que prestados por pessoa jurídica sediada fora do município de Porto Alegre sem a comprovação do pagamento do imposto devido.
- ( ) O tomador de qualquer serviço tributado em Porto Alegre, prestado por pessoa física sem o fornecimento do respectivo documento fiscal.
- ( ) O tomador de serviços de cessão de andaimes, sempre que prestado por pessoa jurídica sediada em Porto Alegre, sem a comprovação do pagamento do imposto devido.
- ( ) A entidade proprietária da casa de espetáculos, quando o promotor do espetáculo não tiver inscrição no Cadastro Fiscal da Secretaria Municipal da Fazenda ou não houver solicitado a liberação prévia do evento.
- ( ) O tomador de serviços de fornecimento de mão de obra, sempre que prestado por pessoa jurídica sediada em Porto Alegre, sem a comprovação do pagamento do imposto devido.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V – F – F.
- B) F – V – F – V – V.
- C) V – F – V – V – V.
- D) F – V – V – F – V.
- E) V – V – F – F – F.

**QUESTÃO 65** – A Lei Complementar Municipal nº 07/1973, no que diz respeito ao ISSQN, determina a base de cálculo e alíquota aplicáveis aos serviços da lista anexa. Sendo assim, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) Quando se tratar de serviços prestados por contribuintes, com enquadramento em mais de uma alíquota, será adotada a de maior valor, salvo quando o contribuinte discriminar a sua receita bruta de forma a possibilitar o cálculo pelas alíquotas em que se enquadrar.
- ( ) Nos serviços de planos de saúde, previstos no item 4.23, a base de cálculo é o montante da receita bruta, deduzidos os valores repassados para médicos, hospitais, clínicas e laboratórios, desde que a dedução ocorra por tomador domiciliado em Porto Alegre e seja observado o limite mínimo de 2% (dois por cento) de que trata o art. 21-A. A alíquota é de 2%.
- ( ) Nos serviços prestados por sociedade de advogados, regularmente inscrita na OAB, o cálculo do imposto será em função da Unidade Financeira Municipal (UFM), calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.
- ( ) Nos serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, o imposto é calculado sobre a parcela do preço correspondente à proporção direta da parcela da extensão da rodovia explorada no território do município de Porto Alegre, ou da metade da extensão de ponte que une este município a outro. A base de cálculo é reduzida em 40% de seu valor quando não houver posto de cobrança de pedágio em Porto Alegre.
- ( ) Não integra o preço do serviço o valor cobrado pelas mercadorias e materiais empregados em sua prestação, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – F – F – V.
- B) V – F – V – F – V.
- C) F – V – F – F – F.
- D) V – F – V – V – F.
- E) F – V – V – V – F.

**QUESTÃO 66** – Com base nos § 2º, 3º e 4º do Art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 07/1973, há possibilidade de tributação do ISSQN em qual das seguintes situações?

- A) Uma sociedade formada por dois Administradores, com seis empregados, tendo por objeto social a consultoria e assessoria em gestão empresarial.
- B) Uma sociedade formada por um Administrador, um Advogado e um Contador, com o objeto social de prestação de serviços de auditoria contábil, assessoria de marketing e fornecimento de mão de obra em caráter temporário.
- C) Uma sociedade com o objeto social de desenvolvimento de software, formada por um profissional graduado em Ciências da Computação e um profissional de Relações Públicas.
- D) Uma sociedade formada por dois Contadores, cujo objeto social seja a assessoria e consultoria em gestão financeira, desenvolvimento de sistemas e comercialização de software.
- E) Uma sociedade formada por dois profissionais de Educação Física, cujo objeto social é a assessoria esportiva.

**QUESTÃO 67** – Quanto ao instituto da substituição tributária do ISSQN, regulado pela Lei Complementar Municipal nº 306/1993, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As companhias de aviação são responsáveis pelo pagamento do ISSQN incidente sobre as comissões pagas às agências e operadoras turísticas relativas às vendas de passagens aéreas.
- B) As empresas seguradoras são responsáveis pelo pagamento do ISSQN devido sobre serviços de qualquer natureza, quando for pagadora ou tomadora do serviço.
- C) As empresas e entidades que exploram loterias e outros jogos, inclusive apostas, são responsáveis pelo pagamento do ISSQN devido sobre as comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários.
- D) Nos casos de não ocorrência de retenção, previstos em regulamento, caberá ao contribuinte o recolhimento do imposto devido nos prazos constantes na legislação vigente.
- E) A responsabilidade tributária será satisfeita mediante o pagamento do crédito tributário devido, acrescido, quando cabível, dos ônus legais, somente se tiver sido efetuada a retenção do imposto.

**QUESTÃO 68** – A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSE) foi instituída em Porto Alegre em 2012, pela Lei Complementar Municipal nº 687, sendo regulamentada pelo Decreto nº 18.334/2013 e com acesso ao ambiente eletrônico disciplinado pela Instrução Normativa SMF nº 09/2014. Quanto à NFSE, assinale a alternativa correta.

- A) Quando se tratar de deduções nas prestações dos serviços referidos nos subitens 7.02 e 7.05, da lista anexa à Lei Complementar nº 07, de 1973, estas deverão ser informadas no campo "Valor das Deduções".
- B) Quando os estabelecimentos emitentes da NFSE não exibirem, em suas dependências, cartaz informando sobre o dever de emissão da NFSE por ocasião da prestação de serviço, ficarão sujeitos à penalidade de 118 UFMs.
- C) A NFSE somente poderá ser cancelada por meio do Sistema da NFSE no caso de o serviço não ter sido prestado ou houver erro ou duplicidade na emissão do documento fiscal.
- D) Ficam obrigados a emitir a NFSE todos os prestadores dos serviços constantes na Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 07/1973 que obtenham receita anual com a prestação de serviços sujeita à incidência do ISSQN em valor igual ou superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).
- E) Os contribuintes sujeitos à emissão da NFSE ficam desobrigados de fornecer documento impresso com os registros da prestação de serviços constantes da NFSE.

**QUESTÃO 69** – O Decreto nº 16.228/2009, ao regulamentar dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 306/1993, instituiu o Cadastro de Empresas Prestadoras de Serviços de outros Municípios (CPOM). A respeito desse assunto e da respectiva substituição tributária dele decorrente, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Toda pessoa jurídica que preste serviço no Município de Porto Alegre e emita documento fiscal autorizado por outro município deverá fornecer informações à Secretaria Municipal da Fazenda, conforme estabelecido em regulamento, exceto, entre outras, as operações relativas aos serviços de escolta, inclusive de veículos e cargas.
  - II. Toda pessoa jurídica que preste serviço no Município de Porto Alegre e emita documento fiscal autorizado por outro município deverá fornecer informações à Secretaria Municipal da Fazenda, conforme estabelecido em regulamento, exceto, entre outras, as operações relativas aos serviços de produção de eventos ou espetáculos.
  - III. O indeferimento do pedido de inscrição no CPOM, qualquer que seja o seu fundamento, poderá ser objeto de recurso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data da publicação no Diário Oficial do Município de Porto Alegre.
  - IV. No interesse da eficiência administrativa da arrecadação e fiscalização tributária, o Poder Executivo poderá excluir da obrigação de inscrição no CPOM determinados grupos ou categorias de contribuintes, conforme sua localização, receita bruta ou atividade.
  - V. As pessoas jurídicas estabelecidas no Município de Porto Alegre, exceto as imunes ou isentas, são responsáveis pelo pagamento do ISSQN, devendo reter na fonte o seu valor, quando tomarem serviços previstos de prestadores de serviços não inscritos no CPOM e que emitam nota fiscal de serviço autorizada por outro município.
- A) Todas estão corretas.
  - B) Todas estão incorretas.
  - C) Apenas I, II, III e IV estão corretas.
  - D) Apenas I, III, IV e V estão corretas.
  - E) Apenas I, III e IV estão corretas.

**QUESTÃO 70** – A Lei Complementar Municipal nº 07/1973 instituiu o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) em Porto Alegre. A respeito do IPTU, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) É fato gerador do IPTU a propriedade, o domínio útil ou a posse do bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana de Porto Alegre.
- ( ) O preço do metro quadrado do terreno será fixado levando-se em consideração, entre outros fatores, os preços relativos às últimas transações imobiliárias deduzidas as parcelas correspondentes às construções.
- ( ) O preço do metro quadrado de cada tipo de construção será fixado levando-se em consideração, entre outros fatores, os valores estabelecidos em contratos de construção realizados no ano anterior.
- ( ) A aprovação de unificação ou parcelamento de terras e a liberação da Carta de Habitação para as edificações referentes a condomínios edilícios não são condicionadas à quitação total de débitos relativos ao imóvel.
- ( ) Fica facultado à Administração Fazendária efetuar lançamentos inferiores a 200 (duzentas) UFM's quando se tratar de lançamento de diferença de IPTU. Nesse caso os valores poderão ser acumulados até atingir o limite, quando então deverá ser efetuado o lançamento.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V – V – F.
- B) F – V – F – V – V.
- C) V – F – V – V – V.
- D) V – V – V – F – F.
- E) V – V – F – F – V.

**QUESTÃO 71** – Em relação a procedimentos de notificação, recurso, cobrança e oneração, previstos na Lei Complementar Municipal nº 07/1973, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os contribuintes serão notificados do lançamento dos tributos e das infrações, considerando-se feita a notificação ou qualquer comunicação, quando por meio eletrônico, na data da comprovação do recebimento ou 5 (cinco) dias após o seu envio, nos termos de regulamentação.
- B) O recurso de ofício interposto pelo Secretário Municipal da Fazenda ao Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, de sua decisão favorável a pedido de restituição de IPTU, ficará sob condição pós-resolutória.
- C) Será facultativo o recurso de ofício interposto pelo Secretário Municipal da Fazenda ao Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, de sua decisão favorável a pedido de restituição de IPTU, quando o montante do pagamento for igual ou inferior a 50.000 UFM's (cinquenta mil Unidades Financeiras Municipais) na data em que for efetuado.
- D) Fica o Executivo Municipal autorizado a não ajuizar ações de cobrança da Dívida Ativa da Fazenda Municipal em relação a créditos cujo montante seja igual ou inferior a 2.000 (duas mil) UFM's, considerando o total consolidado por inscrição no cadastro fiscal, no caso de créditos tributários relativos ao IPTU.
- E) No caso de créditos tributários de IPTU, a multa de mora será de 2% (dois por cento) sobre o valor do tributo se o pagamento do crédito vencido ocorrer até o último dia útil do mês do vencimento.

**QUESTÃO 72** – De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 07/1973, ficam isentos do IPTU:

- A) Os imóveis, ou parte deles, onde esteja instalada a sede ou a filial de entidade religiosa ou maçônica, sem fins lucrativos, próprios, alugados ou cedidos, para uso frequente da entidade, visando ao cumprimento de suas finalidades essenciais.
- B) A entidade educacional com fins lucrativos quando coloca à disposição do município 5% (cinco por cento) de suas matrículas para concessão de bolsas a servidores municipais.
- C) Os imóveis alugados para empresas e editoras de jornais, de televisão e rádio, emissoras que tenham instalações e desenvolvam atividades permanentes em Porto Alegre.
- D) O proprietário de imóvel cedido gratuitamente, mediante contrato público, por período não inferior a 3 anos, para uso exclusivo das entidades imunes.
- E) A viúva de ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, mesmo que contraia novo casamento.

**QUESTÃO 73** – Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta. Em relação ao IPTU, serão atingidos pela isenção:

- I. O imóvel utilizado diretamente pelas associações ou clubes de mães e associações comunitárias para o cumprimento de suas finalidades essenciais.
  - II. O imóvel utilizado exclusivamente como residência de viúva ou órfão menor não emancipado, reconhecidamente pobres e cujo valor venal não seja superior a 5.463 (cinco mil, quatrocentas e sessenta e três) UFRNs.
  - III. A sede de partidos políticos, próprias ou alugadas, desde que eles indiquem, no máximo, uma sede, de caráter municipal, regional ou estadual.
  - IV. As empresas de economia criativa localizadas nos Bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Humaitá e Farrapos, para os imóveis adquiridos ou locados nesses bairros e utilizados no desenvolvimento de suas atividades, pelo período de 5 (cinco) anos, contados do exercício seguinte ao da solicitação, que deverá ser feita até 31 de dezembro de 2020, desde que apresente certificação de que é empresa de economia criativa, nos termos previstos em decreto, alvará de localização, comprovação da propriedade ou da locação do imóvel e autorização do proprietário, no caso de locação.
- A) Todas estão corretas.  
B) Todas estão incorretas.  
C) Apenas I e II estão corretas.  
D) Apenas II e IV estão corretas.  
E) Apenas I, II e IV estão corretas.

**QUESTÃO 74** – A Lei Orgânica do município de Porto Alegre, sob o título Do Sistema Tributário Municipal, delimita, no Capítulo I do Título II, as competências e limitações de aspecto tributário. Por sua vez, a Instrução Normativa Conjunta SMF/PGM nº 001/2002 estabelece critérios para reconhecimento de benefícios fiscais em face do que dispõe o artigo 109 da Lei Orgânica do Município. De outra banda, a Lei Complementar Municipal nº 551/2006 cria a compensação do crédito de IPTU em relação à indenização por danos causados nos chamados “túneis verdes”. Acerca desses temas, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) A pessoa física ou jurídica com infração não regularizada a qualquer dispositivo legal do Município não poderá receber benefício ou incentivo fiscal, sendo que essa vedação não se aplica à pessoa física, no caso de benefício fiscal concedido relativamente ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, quando renda, provento ou pensão sejam requisitos.
- ( ) As infrações à legislação tributária, que por sua natureza são insuscetíveis de serem regularizadas, a exemplo do não cumprimento do prazo legal nas obrigações previstas no artigo 15 da Lei Complementar nº 07/1973, não serão consideradas como prejudiciais à concessão do benefício ou incentivo fiscal.
- ( ) Nas questões que envolvam débitos para com a Fazenda Municipal, não será considerado infrator o contribuinte enquadrado em quaisquer das hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, de acordo com o artigo 151 do Código Tributário Nacional.
- ( ) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas aos contribuintes, é vedado ao Município cobrar pedágio pela utilização de vias por ele conservadas.
- ( ) Para fins de compensação do crédito tributário do IPTU, resultante de indenização por danos em bem imóvel localizado nos logradouros denominados “túneis verdes”, decorrentes de quedas de arbustos, considera-se crédito líquido, certo e vencido aquele resultante de dívidas de IPTU, referente a um mesmo contribuinte, desde que inscritos em dívida ativa, sem suspensão da exigibilidade, nos termos do Art. 151 do CTN.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V – F – F.  
B) F – V – F – V – V.  
C) V – F – V – F – V.  
D) V – V – V – V – F.  
E) V – V – F – F – V.

**QUESTÃO 75** – A Lei Complementar Municipal nº 113/1984 instituiu a Taxa de Coleta de Lixo (TCL) no município de Porto Alegre. Em relação a essa taxa, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) A TCL tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta, remoção, varrição, transporte e destinação final de lixo domiciliar, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- ( ) Para efeitos de incidência e cobrança da TCL, considera-se beneficiado pelo serviço de coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo, quaisquer imóveis edificados ou não, inscritos no Cadastro Imobiliário do Município de modo individualizado, que constituam unidade autônoma.
- ( ) São isentos da TCL o imóvel que, comprovadamente, seja utilizado para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial e que esteja localizado na 3ª Divisão Fiscal, inclusive as construções utilizadas como residência do proprietário e de seus familiares, excetuadas as demais construções não vinculadas à exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.
- ( ) A taxa de Coleta de Lixo será calculada, anualmente, em função da destinação de uso, localização e da área do imóvel beneficiado.
- ( ) As entidades religiosa, maçônica ou educacional, sem fins lucrativos, terão direito a 50% (cinquenta por cento) de desconto no valor da Taxa de Coleta de Lixo.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – V – F – V.
- B) V – V – F – V – V.
- C) F – V – V – V – F.
- D) V – F – V – F – F.
- E) F – V – F – F – V.

**QUESTÃO 76** – Analise as assertivas abaixo que dizem respeito à disciplina do imposto sobre a transmissão "inter-vivos", por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos (ITBI) na Lei Complementar Municipal nº 197/1989, e assinale a alternativa correta.

- I. Na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escritura pública, considera-se ocorrido o fato gerador na data de sua lavratura.
- II. Na cessão de direitos hereditários, formalizada no curso do inventário, para fins de cálculo do ITBI, a base de cálculo será o valor dos bens imóveis que ultrapassar o respectivo quinhão, sendo que neste quinhão serão considerados apenas os bens imóveis.
- III. Consideram-se bens imóveis para os fins do ITBI o solo com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e os frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo.
- IV. O ITBI é devido quando os bens imóveis transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos, se situarem no território do município de Porto Alegre, ainda que a mutação patrimonial decorra de ato ou contrato celebrado ou de sucessão aberta fora do respectivo território.
- V. A transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica está ao abrigo da imunidade do ITBI, exceto se a atividade preponderante do adquirente for transações de compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil, sendo preponderante se mais de 50% da receita operacional da pessoa jurídica adquirente dos bens ou direitos decorrer dessas transações e a preponderância ocorrer nos dois anos anteriores e nos dois anos subsequentes à data do título hábil a operar a transmissão, considerando um só período de apuração de quatro anos, para pessoa jurídica já em atividade na data da transmissão.

- A) Todas estão corretas.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas I, II e III estão corretas.
- D) Apenas I, II e IV estão corretas.
- E) Apenas I, III e IV estão corretas.

**QUESTÃO 77** – Em relação ao ITBI, assinale a alternativa INCORRETA, tendo por base a Lei Complementar Municipal nº 197/1989.

- A) O ITBI não incide na desincorporação dos bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando reverterem aos primitivos alienantes se estes receberem os mesmos bens ou direitos em pagamento de sua participação, total ou parcial, no capital social da pessoa jurídica.
- B) É isenta do ITBI a transmissão na aquisição de imóvel que se destinar à residência do adquirente, com ânimo definitivo, não destinado à recreação, ao lazer ou para veraneio, adquirido por meio de programa governamental de habitação destinado a famílias de baixa renda, cuja estimativa fiscal não seja superior a 18.000 (dezoito mil) UFMs, desde que o adquirente comprove não ser ele próprio, ou o seu cônjuge, proprietário de outro imóvel residencial no município de Porto Alegre, no momento da transmissão ou da cessão.
- C) É isenta do ITBI a transmissão ao associado de fração de um todo maior de terreno adquirido por cooperativas habitacionais autogestionárias, desde que o associado conste da lista apresentada pela cooperativa por ocasião da aquisição do terreno destinado à construção de conjuntos residenciais de interesse social.
- D) Na estimativa fiscal de ITBI dos bens imóveis ou dos direitos reais a eles relativos, poderão ser considerados, dentre outros elementos, os valores correntes das transações de bens de mesma natureza no mercado imobiliário de Porto Alegre, valores de cadastro, valor atribuído pelo contribuinte na guia informativa e valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes, consideradas as características do imóvel como forma, dimensões, tipo, utilização, localização, estado de conservação e infraestrutura urbana.
- E) No caso de arrematação, a base de cálculo do ITBI é o preço pago na arrematação, atualizado pela Unidade Financeira Municipal (UFM) do período compreendido entre a data do auto de arrematação ou da ata de leilão e a data de solicitação da guia para pagamento do ITBI, caso o intervalo seja superior a 30 (trinta) dias, desde que a arrematação não tenha ocorrido por preço vil.

**QUESTÃO 78** – Tendo por orientação o que dispõem os Decretos nº 9.422/1989, nº 15.306/2006 e nº 18.366/2013, assinale a alternativa correta.

- A) Todas as operações de transmissão de imóveis situados no Município de Porto Alegre, ou de direitos reais a eles relativos, que sejam anotadas, averbadas, lavradas, matriculadas ou registradas nos Cartórios de Ofício de Notas e de Registro de Imóveis, com valor superior a 55.000 (cinquenta e cinco mil) UFMs, deverão ser informadas à Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre, sendo dispensadas de informação quando o valor da operação for inferior a 55.000 (cinquenta e cinco mil) UFMs.
- B) Na Declaração de Operações Imobiliárias do Município (DOIM) deverão ser informados somente os elementos definidos em Decreto, sendo eles restritos a: dados da operação, dos imóveis transmitidos e dos adquirentes e transmitentes.
- C) De posse do termo de parcelamento do ITBI, o adquirente poderá apresentá-lo para a lavratura de escritura pública no Cartório de Ofício de Notas ou para a transcrição do título de transferência no Cartório de Registro de Imóveis, que será realizado sob condição suspensiva.
- D) Entre outros motivos, acarretará o cancelamento do parcelamento do ITBI a falta de pagamento de três parcelas consecutivas.
- E) O contribuinte pode proceder a quaisquer alterações na guia do ITBI, ficando sujeitas à análise posterior da fiscalização tributária municipal. Já tendo havido o pagamento, o contribuinte deve encaminhar as alterações por meio de Guia Retificativa, sendo que a alteração só poderá ocorrer no prazo de cinco anos a contar do pagamento.

**QUESTÃO 79** – O Tribunal Administrativo de Recursos Tributários (TART), criado pela Lei Complementar Municipal nº 534/2005, em substituição ao Conselho Municipal de Contribuintes (LCM nº 3.607/71) e regulamentado pelo Decreto nº 15.110/2006, funciona vinculado à estrutura da Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Alegre. Quanto ao TART, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) No exercício das prerrogativas da função, os Conselheiros terão amplo acesso aos documentos relativos aos processos aos quais tenham solicitado vista, podendo requisitá-los a quaisquer repartições municipais.
- B) Ao Defensor da Fazenda, objetivando a preservação dos interesses do Erário Municipal, incumbe ter vista e manifestar-se, antes do relator, obrigatoriamente, nos recursos cuja exigência ultrapasse o montante de 25.000 UFMs.
- C) Ao Plenário do TART, compete processar e julgar o recurso especial interposto por contribuinte, quando a decisão da Câmara, de forma não unânime, reformar a decisão recorrida.
- D) A autoridade fazendária poderá exercer o pedido de preferência para julgamento em todos os recursos envolvendo conduta com possibilidade de constituir crime contra a ordem tributária, tal como definido na Lei Federal nº 8.137/1990.
- E) As resoluções do TART independem de homologação do Prefeito Municipal.

**QUESTÃO 80** – Sobre as Leis Complementares nº 530/2005, nº 535/2005 e nº 732/2014 e o Decreto nº 19.946/18, assinale a alternativa correta.

- A) O Poder Executivo deverá estabelecer a possibilidade de pagamento do IPTU, da TCL e do ISSQN, relativo à prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, até o segundo dia útil do mês de janeiro, sem a aplicação da variação da UFM.
- B) O contribuinte que integrar o Programa Municipal de Apoio e Promoção do Esporte (PROESPORTE), de posse do Certificado de Crédito, poderá utilizá-lo para uma redução de até 40% do ISSQN e do IPTU.
- C) As empresas com estabelecimento no Município de Porto Alegre e que aceitem transações com cartão de crédito como meio de pagamento ficam obrigadas a informar, por estabelecimento, à Secretaria Municipal da Fazenda, as taxas de desconto aplicadas sobre os valores recebidos em decorrência da utilização do cartão de crédito como meio de pagamento, diretamente e sempre que por esta solicitado.
- D) A Requisição de Informações sobre Movimentação Financeira (RMF) será precedida de intimação ao sujeito passivo para apresentação de informações sobre movimentação financeira, exceto no caso de urgência, devidamente comprovado.
- E) São autorizados a expedir a RMF os Auditores-Fiscais da Receita Municipal.